

NossaAméricaNuestra

PARAGUAI



GUSTAVO CODAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

NossaAméricaNuestra

PARAGUAI



GUSTAVO CODAS



2019

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Diretoras: Isabel dos Anjos e Rosana Ramos

Diretores: Artur Henrique e Joaquim Soriano

COORDENAÇÃO DA COLEÇÃO NOSSA AMÉRICA NUESTRA

Gustavo Codas

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Angélica Ramacciotti

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Foto da capa: Seguidores de Fernando Lugo protestam em Assunção após sua destituição (CNN). Foto da folha de rosto: Simpatizantes do presidente paraguaio destituído, Fernando Lugo, aguardavam decisão sobre impeachment de seu líder diante do congresso do país, em Assunção, (RFI, 23/06/2012).

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo:

www.fpabramo.org.br

ISBN 978-85-5708-113-0

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C669p Codas, Gustavo.

Paraguai / Gustavo Codas. – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.
144 p. ; 19 cm. – (Nossa América Nuestra)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5708-099-7

1. Paraguai - Política e governo - História. 2. Paraguai - História. 3. Paraguai - Economia. I. Título. II. Série.

CDU 32(892)(091)

CDD 320.9892

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Coleção
Nossa América Nuestra

Paraguai

Gustavo Cudas

São Paulo, 2019

| SUMÁRIO |

7 APRESENTAÇÃO

13 UMA VERDADEIRA REVOLUÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

23 TERRA SEM GENTE, GENTE SEM TERRA

37 ASSIM NA DITADURA COMO NA DEMOCRACIA

43 CURTA PRIMAVERA PROGRESSISTA

53 MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA OU ESTADO FALIDO?

65 RESULTADOS ELEITORAIS DE 22 DE ABRIL DE 2018

ANEXO I

69 RENEGOCIAÇÃO DE 2008-2009. O ACORDO LUGO-LULA DE 25 DE JULHO DE 2009 E A NOVA RELAÇÃO BILATERAL PARAGUAI-BRASIL

GUSTAVO CODAS

ANEXO II

85 GUERRILHEIROS OU TERRORISTAS: A HISTÓRIA DE COMO NASCEU O EPP

ANDRÉS COLMÁN GUTIÉRREZ

ANEXO III

101 O PARAGUAI E AS TRAJETÓRIAS DA ESQUERDA DESDE 1989

JOSÉ T. SÁNCHEZ

IGNACIO GONZÁLEZ BOZZOLASCO

FERNANDO MARTÍNEZ ESCOBAR

ANEXO IV

- 125** PARAGUAI, 1996: "A AÇÃO MAIS INTERVENCIONISTA
QUE O BRASIL JÁ TEVE NESTE SÉCULO"
- 126** *QUANDO O BRASIL AJUDOU A IMPEDIR O GOLPE DE OVIEDO*
MARCIO DE OLIVEIRA DIAS
- 137** PARA SABER MAIS
- 141** SOBRE O AUTOR

Apresentação

“Uma ilha rodeada de terra”, foi com essas palavras que Augusto Roa Bastos (1917-2005), seu maior escritor, definiu o Paraguai. Apesar de se tratar de um país mediterrâneo, vive um relativo isolamento em relação à região e ao mundo. Gostam os cientistas sociais paraguaios também de afirmar que ali morre a capacidade explicativa das melhores teorias conhecidas. Haveria uma excepcionalidade nacional, então. E, de fato, isso ficará evidente no que vamos relatar neste livro.

O tema que aqui nos convoca é a participação do Paraguai no ciclo progressista latino-americano, isto é, alguma sincronia com a região. Em 20 de abril de 2008, um ex-bispo católico de tendência progressista, Fernando Lugo, apoiado em uma ampla aliança que ia de centro-direita até a esquerda, derrotou nas eleições o Partido Colorado, que governava o país desde 1947. Essa experiência de governo com forte participação progressista foi interrompida por

um golpe de Estado que utilizou a figura constitucional do “juízo político” (a versão paraguaia do “impeachment”), possível graças a uma larga coalizão conservadora que contou com a participação ativa do vice-presidente, Federico Franco, um liberal de direita. O Paraguai não somente tinha se sincronizado com o ascenso do ciclo progressista, mas suas forças reacionárias mostravam a seus pares regionais o caminho a seguir para tentar encerrar o ciclo. O vice-presidente brasileiro e a grande coalizão conservadora com quem derrubou a presidenta Dilma Rousseff (PT) apenas fizeram uma cópia dessa “via paraguaia” de golpe de Estado no século XXI.

A queda de Fernando Lugo não encerrou a experiência. Como veremos, as forças políticas de esquerda cresceram e têm hoje importante presença no panorama político paraguaio e na vida parlamentar. Inclusive nas eleições municipais de 2015, um candidato progressista, Mario Ferreiro, liderando uma nova aliança que inclui setores de centro-direita e parte da esquerda, venceu a eleição na capital, Assunção, a cidade mais populosa do país. E Fernando Lugo, eleito senador em 2013, mantém uma destacada presença política segundo todas as pesquisas de opinião.

Para as eleições de abril de 2018, no entanto, as principais forças progressistas e de esquerda optaram por apoiar um político liberal, indicando o candidato a vice-presidente, o radialista Leo Rubin, com forte militância ambientalista. Tentaremos uma explicação para essa opção, precedida de fracassos táticos em liderar a disputa presidencial em 2018 de cada um dos dois blocos progressistas com representa-

ção parlamentar conquistada em 2013. O resultado foi uma nova vitória do Partido Colorado, em 2018.

Qualquer tentativa de explicar o Paraguai atual tem que recuar no tempo, seja para explicar sua excepcionalidade, seja para entender seus momentos de sincronia regional.

Em Tempo – Na parte final deste livro, agregamos quatro anexos. O primeiro traz um relato detalhado, escrito em 2010, sobre as negociações acontecidas em 2008/2009 entre os governos Lugo e Lula em torno da Itaipu Binacional, com as explicações das reivindicações paraguaias e as decisões assumidas no acordo dos presidentes. O segundo é uma história do denominado “Exército do Povo Paraguaio” (EPP) contada pelo jornalista Andrés Colmán, um dos poucos especialistas no tema. O EPP é uma anomalia do espaço e tempo que merece um estudo mais preciso como o que o texto de Colmán nos oferece. O terceiro trata da história recente das esquerdas paraguaias, útil para entender sua origem e desenvolvimento. Foi escrita por três pesquisadores paraguaios: Jose Tomás Sanchez, Fernando Martinez-Escobar e Ignacio González. Por último, no quarto anexo reproduzimos o relato de um embaixador brasileiro sobre a intervenção do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) na crise política paraguaia de 1996, um caso de subimperialismo explícito, com o governo dos Estados Unidos (EUA) no comando, contado como de bom grau porque teria sido para garantir a democracia no país.



■ PARAGUAI

CAPITAL: Asunción

IDIOMA: Castelhana e guarani

TERRITÓRIO: 406.752 km²

POPULAÇÃO (2017): 6.805.000 habitantes

TAXA DE MORTALIDADE (até 5 anos, 2015-2020)

Paraguai: 33,5%

ALC: 20,8%

TAXA DE DESEMPREGO (2016)

Paraguai: 7,7%

ALC 8,9%

ENVELHECIMENTO

Pessoas com mais de 60 anos para 100 pessoas com menos de 15, em 2017

Paraguai: 32

ALC: 47

Fontes: CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, 2017; *Anuario Estadístico de América Latina y Caribe (ALC)*, 2017.

aquela ideologia na denúncia de López, se identifiquem com historiadores paraguaios que questionam sua figura. E passando por cima da boa ciência histórica, gostam de afirmar que teria sido um “Hitler do século XIX” ao tentar explicar porquê a maioria do povo acompanhou López até o fim da guerra. Para nós, a explicação é completamente outra.

Paraguai se independentizou de Espanha em 1811 e se declarou República em 1813. Nesse processo, decidiu não aderir nem à nascente República da Argentina, nem ser incorporado pelo Reino do Brasil, nem voltar à órbita colonial espanhola. Buenos Aires reivindicava sua primazia por ser a capital do até então Virreinato do Rio da Prata, do qual Paraguai era parte junto com os territórios dos atuais países de Uruguai e Argentina. O Brasil, desde séculos atrás, vinha avançando em territórios coloniais espanhóis com as Bandeiras que capturavam indígenas para escravizá-los nas regiões que depois viriam a ser o Paraguai independente.

Isto é, em seu processo de independência, o Paraguai se separou de três centros de poder: da Espanha que, ocupada pelas tropas de Napoleão, tinha se precipitado na decadência imperial; de Buenos Aires, cuja nascente burguesia mercantil tentava se impor às províncias do interior (entenda-se também o Paraguai, considerado como tal); e do Rio de Janeiro, onde tinha chegado Dom João VI, transferindo a capital do seu reino, em 1808, ao fugir dos exércitos franceses.

Simplificando, podemos dizer que a independência, assim como a sujeição a cada um desses três centros, cons-

tituiu-se em opções políticas que se digladiaram por algum tempo em Assunção. Aliás, a independência foi provocada pelo envio, em finais de 1810, de um exército portenho para impor à província do Paraguai a autoridade de Buenos Aires no processo de independentização. A derrota desse exército em duas batalhas acabou acirrando um sentido de autodeterminação entre a população mestiça paraguaia.

O Paraguai tinha uma formação histórico-social peculiar nesse momento histórico. No território sem minas de ouro ou prata, a principal fonte de riqueza era o trabalho dos indígenas. Mas desde finais do século XVI e até sua expulsão em 1767, a mão de obra indígena foi em larga medida monopolizada pelas “Reduções Jesuíticas”, uma organização da produção e do comércio sob controle da Companhia de Jesus, em territórios lindantes das colônias portuguesa e espanhola na América do Sul, em grande parte no que é hoje o Paraguai. Ao longo desses quase 200 anos houve várias batalhas e enfrentamentos entre Bandeiras paulistas à caça de escravizar indígenas e exércitos indígenas liderados pelos jesuítas. A população das “Reduções” também cresceu devido à ameaça que sofriam os indígenas por parte dos paulistas. Com essa população, a riqueza das “missões” – no caso do Paraguai – se fez em detrimento das pretensões econômicas dos espanhóis e seus descendentes de Assunção e outras pequenas cidades.

Foram menos de 50 anos entre o fim do ciclo jesuítico e a independência paraguaia. Não houve tempo suficiente para o surgimento de uma importante burguesia mercantil em Assunção, nem de uma forte classe de grandes latifun-

diários agropecuários no território da província. Faltavam justamente as duas classes sociais que em toda América Latina conduziram a independência política formal dos países nascentes para uma caricatura de estados-nação, fortemente dependentes econômica e politicamente do imperialismo inglês em ascenso.

Entre 1811 e 1814 ocorreram várias disputas políticas em torno da independência e da declaração da República, cujo ponto final se deu em um Congresso composto por delegados de todo o território ao elegerem o “Ditador Provisório” José Gaspar Rodríguez de Francia (1766-1840). Era um advogado que tinha estudado na Universidade de Córdoba, Argentina, um *jacobino* nos trópicos. Essa eleição teria sido resultado de acordos políticos entre França e pequenos produtores rurais e urbanos, contrários à prepotência e pretensões dos comerciantes portenhos e seus aliados locais. Dois anos depois, outro Congresso o nomearia “Ditador Perpétuo”, título com o qual governou até 1840, quando faleceu.

Não devemos nos deixar contaminar pela figura do “ditador”, considerando o que viria a ser tal denominação no século XX. Naquele momento, tratava-se de alguém investido de poderes extraordinários para realizar uma tarefa histórica decidida democraticamente pela assembleia de cidadãos. No caso, Francia foi eleito em 1814 por um congresso de cidadãos livres com a incumbência de manter a independência do Paraguai de todo poder estrangeiro. Entre 1814 e 1816 as assembleias eram incompletas, pois parte importante do povo não tinha direito à participação

política, por exemplo, as mulheres e os escravos. Nisso, o Paraguai não tinha excepcionalidade em relação às demais nações americanas, incluindo os Estados Unidos da América, tido como exemplo de democracia, e às da Europa.

A ditadura de Francia impôs restrições aos direitos dos espanhóis residentes, expropriou bens de quem conspirou contra a independência, prendeu quem organizou as conspirações e fuzilou seus principais líderes – alguns com papel relevante na independência em 1811. Submeteu o exército ao mando civil – o seu – eliminando o caudilhismo militar que teve importância na independência e tinha vigência por toda América Latina. Separou a Igreja Católica paraguaia de Roma. Estatizou o comércio exterior – um escândalo em tempos de livre comércio – e criou áreas de economia estatal. Aplicou um mercantilismo tardio, acumulou ouro em mãos do Estado. Como resultado de sua política, que continuou no governo seguinte, a maior parte do território nacional era propriedade pública, concedendo direito de uso aos produtores rurais.

Esses e outros feitos fizeram estudiosos ver no seu governo a “primeira revolução popular” na região e a constituição de uma “república camponesa”. Exagerando, houve também quem visse indícios de “socialismo” na experiência.

Francia colocou como meta impedir que o Paraguai fosse atingido pelas convulsões políticas da região, onde gestavam estados-nação. E olhando para as guerras civis que tomaram conta do Cone Sul, no primeiro meio século de independência, sua preocupação trazia bases objetivas. Foi tachado de “isolacionista”. Obcecado por esse objetivo,

inclusive, negou-se ao projeto do José de Artigas de unir as regiões, que hoje formam o Uruguai, várias províncias argentinas e o Paraguai, então espremidas entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Derrotado Artigas pelas oligarquias, Francia lhe deu um refúgio político digno.

Após sua morte, e depois de um período de disputas, em 1844 assumiu o poder Carlos Antônio Lopez, um proprietário médio, com estudos teológicos. Manteve em parte o regime socioeconômico francista, mas buscou uma modernização baseada na atividade econômica do Estado com financiamento de suas próprias reservas. Com esses recursos, importou tecnologia trazendo especialistas da Europa – sobretudo da Grã-Bretanha – contratados pelo governo e enviou estudantes, com bolsas de estudo, ao Velho Continente. O setor estatal da economia desenvolveu uma fundição de ferro, o telégrafo, a ferrovia, uma marinha mercante e a educação pública. O regime político foi institucionalizado pelo que se considera a primeira Constituição do país, uma legislação aprovada em 1844, e o estabelecimento de escolha do presidente por meio de um parlamento eleito pelos cidadãos.

A independência da República do Paraguai foi reconhecida somente em 1844, pelo Brasil, e em 1852, pela Argentina. Mesmo assim, não significou a resolução de disputas territoriais com esses vizinhos. O governo de Dom Carlos enfrentou também conflitos com o governo dos EUA em 1858- 1859, por conta de um incidente com um navio americano no rio Paraná, e com a Grã-Bretanha em 1859-1861, já que uma pessoa dizendo-se cidadã desse

império afirmava sofrer perseguição política do governo López no Paraguai. No primeiro caso, o governo dos EUA enviou uma expedição militar naval, mas chegou-se a uma negociação com o chefe da missão estadunidense e o governo paraguaio em Assunção. No segundo, López enviou o jurista uruguaio Carlos Calvo (1824-1906) à Europa. Ele defendeu o Paraguai e ganhou o caso na justiça inglesa, evitando a intervenção da Grã-Bretanha. Surgia o que ficou conhecido internacionalmente como “Doutrina Calvo”, denominada assim em homenagem a seu autor. Ele estabeleceu que quem vive em um país estrangeiro deve reclamar seus direitos nas instâncias desse país.

O Paraguai de 1844 até começo dos anos 1860 é o mais parecido que podemos enxergar do que teria sido no nosso continente um país verdadeiramente independente, com um capitalismo nacional – fortemente ancorado no Estado –, com uma maioria de pequenos e médios proprietários. Estava se constituindo uma incipiente classe burguesa, sobretudo em torno da família presidencial – mas também de outros paraguaios e de alguns estrangeiros. Não é à toa que até hoje em Assunção a maioria dos edifícios históricos são do espólio da família López. Os grandes preteridos do progresso foram, de um lado, os afrodescendentes que ainda eram em pequeno número e não viram o fim da escravidão até 1870, e de outro lado, os indígenas a quem Dom Carlos obrigou transformarem-se em cidadãos paraguaios ignorando seus direitos como povos originários.

Em 1862, com a morte de Dom Carlos, assumiu a presidência seu filho, Francisco Solano, então jovem ge-

neral do Exército. Sua gestão não significaria mudanças no regime político e econômico do país. Porém, teve de enfrentar uma conjuntura geopolítica crítica.

O Paraguai mantinha disputas territoriais com seus dois maiores vizinhos, Brasil (a região de Mato Grosso) e Argentina (Chaco e Missões). Via a independência do Uruguai, seu aliado, como garantia de um equilíbrio regional. Argentina e Brasil tinham um histórico de disputas territoriais que, da época colonial, tinham herdado o Império com Buenos Aires. Continuavam as tensões entre Brasil, Paraguai e Argentina pela livre navegação dos rios Paraná e Paraguai. As guerras entre Buenos Aires e as províncias do interior continuavam latentes, mesmo depois da unificação do país nos acordos de 1859 (que contaram com a mediação de Francisco Solano López). A independência do Paraguai e seu excepcional desempenho econômico eram fatores perturbadores nessa instável pacificação interna argentina. O Paraguai não estava fechado ao exterior, mas sua relação com o mercado mundial – Inglaterra incluída – se dava sobre bases totalmente diferentes, de acordo com suas prioridades de industrializar e modernizar o país, financiadas com seus recursos fiscais próprios. Isto é, ao contrário dos seus vizinhos, a diplomacia britânica não tinha peso na toma das decisões do país.

Quais foram as causas da guerra entre a Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai) contra o Paraguai? Os fatos são conhecidos. As consequências, também. Inclusive para o Brasil e Argentina que, vencedores, terminaram a guerra com suas economias exaustas e endividadas com a

banca inglesa. Mas as razões profundas continuam sendo debatidas. Foi a historiografia “revisionista” argentina que enfatizou e divulgou nos anos 1960-1970, sobre a participação do imperialismo inglês no conflito, um tema que tinha surgido duas décadas antes, mas que nesse momento, não teve muita repercussão. A Inglaterra teria instigado contra o “mau exemplo” paraguaio que desenvolvia um modelo econômico social muito diferente ao impulsionado pelas demais oligarquias na região, com real independência política, na periferia de um sistema no mundo já dominado pelo imperialismo que impunha o livre comércio. Também seus bancos teriam lucrado com os negócios financeiros que se desenvolveram graças ao conflito.

Não restam dúvidas que o objetivo da Tríplice Aliança não era derrotar um ditador (López), nem levar civilização a um país bárbaro, como afirmavam nesses anos as propagandas governamentais e os historiadores oficiais do Brasil e da Argentina. Foi uma guerra de extermínio nas frentes de combate e de destruição das bases materiais do desenvolvimento do país. Em 14 de janeiro de 1869, o Duque de Caxias, à época comandante das forças aliadas, na Ordem do Dia 271, dava a guerra por terminada. E, em sua comunicação a Dom Pedro, avisava que a partir daí seria apenas uma caça, indigna para um militar. Foi o que fez Conde D’Eu, que o substituiu.

Pelas características do regime instaurado por Rodríguez de Francia, setores de uma nascente oligarquia paraguaia tinham se refugiado em Buenos Aires. Durante a guerra, formaram uma “Legião” de soldados paraguaios

exilados, vindos daquela cidade que lutou junto com os aliados contra o exército paraguaio. Assim, não foi difícil para as tropas de ocupação instalar um Governo Provisório em 1869 que, entre suas primeiras medidas, decretou que López era um *“fora da lei”*, *“para sempre expulso da terra paraguaia como assassino de sua pátria e inimigo do gênero humano”*. Com a morte de López em 1º de março de 1870, os “legionários” convocaram uma Assembleia Constituinte para aprovar uma Constituição liberal – copiada no fundamental da Argentina –, a partir da qual foi eleito um presidente da República. Tudo sob a tutela dos chefes militares das tropas de ocupação do Brasil e da Argentina.

Terra sem gente, gente sem terra

O Paraguai saiu da guerra destruído, com sua população reduzida em um quinto e a maioria composta de mulheres, idosos e crianças. Até hoje o Paraguai é um dos países de menor densidade demográfica na América Latina. E como mandava o figurino da época, uma República liberal no papel, onde a amplíssima maioria estava excluída da participação política. Os exércitos de ocupação ficaram no país até 1876. Foi nessa condição que o país assinou Tratados de Limites com Brasil (1872) e Argentina (1876), perdendo território no Mato Grosso e no Chaco e Missões, respectivamente, para esses dois vizinhos.

A música “Sonhos Guaranis” de Paulo Simões, popularizada pela voz e violão do Almir Sater, traz reminiscências desses fatos na sua letra:

*“Mato Grosso encerra em sua própria terra
Sonhos guaranis*

...

Mato Grosso espera esquecer quisera

O som dos fuzis

Se não fosse a guerra

Quem sabe hoje era um outro país

...

E cego é o coração que trai

Aquela voz primeira que de dentro sai

E as vezes me deixa assim ao

Revelar que eu vim da fronteira onde

O Brasil foi Paraguai.”

Nesse infortúnio se constituiu a classe governante do pós-guerra, que resultaria em 1887 na fundação dos dois principais partidos que vêm dominando o cenário político, o Nacional Republicano, também conhecido como Colorado, e o Liberal, cuja bandeira usa a cor azul e hoje é conhecido como Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). Ambos foram fundados por ex-membros da Legião e ex-partidários de López.

Argumentando necessidade de recursos para financiar o funcionamento do país, o governo do Paraguai contratou os primeiros empréstimos internacionais que seguiram os mesmos destinos dessas operações em outros países – isto é, não chegaram ao tesouro do país e endividaram por longos tempos sua economia.

Sob o governo de quem seria figura central na fundação do Partido Colorado, general Bernardino Caballero (1839-1912), foram promulgadas as leis de 1883 e 1885, pelas quais o Estado vendeu terras públicas – que repre-

sentavam a maior parte do território do país como herança dos regimes pré-guerra – aos amigos do poder, formando uma classe nacional de latifundiários, e a grandes grupos econômicos ingleses, argentinos e brasileiros, passando por cima de direitos de populações camponesas assentadas nesses territórios por muitas décadas. Mais de 81% do território passou às mãos daqueles grandes proprietários, desconhecendo a ocupação de longa data de muitas dessas terras por comunidades camponesas tradicionais. Enquanto isso, somente 0,6% do território foi reconhecido aos camponeses (que eram mais de 80% da população do país). Surgiu, então, uma República oligárquica liberal com uma população majoritária de camponeses sem terra.

Assim, o Paraguai pós-guerra tornou-se uma “terra sem gente, de gente sem terra”. Desde então, a história do Paraguai é a história da luta pela terra. Uma luta que opõe camponeses paraguaios contra latifundiários nacionais, estrangeiros e “enclaves” de capital estrangeiro de extração de madeiras, erva-mate e carne da primeira metade o século XX. De 1970 até o momento presente, o Paraguai se transformou, graças às medidas tomadas pela ditadura de Alfredo Stroessner (1912-2006), em um conflito aberto do campesinato paraguaio com os agronegócios capitalistas de soja e outros produtos impulsionados por latifundiários brasiguaios, multinacionais e paraguaios.

Não pretendemos fazer uma história política completa do Paraguai. Apenas assinalemos que entre aquela guerra e o ano de 1954, quando o general Alfredo Stroessner assumiu o poder, o país viveu grandes instabilidades. Há

uma primeira fase de predomínio do Partido Colorado, até 1904. Depois foi a época de governos liberais, até 1940. Em geral, as eleições contavam com apenas candidatos do partido governante e um exíguo padrão de eleitores. Frequentemente sucediam golpes de Estado entre membros do partido governante e praticamente todos os presidentes desse período assumiram e/ou saíram do governo por golpe de Estado.

Essa teria sido a instável e tediosa história não tivesse o país se envolvido em uma segunda guerra, com a Bolívia, seu outro vizinho, pelo Chaco. A disputa por esse território vinha de longe e as tensões tinham crescido desde finais dos anos 1920. A presença de petróleo atiçou a cobiça internacional – com a Standard Oil de Rockefeller por trás da Bolívia – e os dois países foram marionetes de interesses que não conseguiam identificar.

Vale destacar que o movimento operário regional fez conferências e agitação contra a guerra. Além disso, anarquistas e comunistas dos dois países e dos países vizinhos se opuseram. Mas as notícias de enfrentamentos militares no distante Chaco incendiaram os nacionalismos de ambos. No Paraguai, em outubro de 1931, a juventude se manifestou em defesa do território pátrio e foi violentamente reprimida em frente ao palácio de governo, resultando 17 estudantes mortos e 60 feridos.

Foram três anos de guerra (1932-1935) com 30 mil mortos do lado paraguaio e mais de 60 mil do boliviano. O exército paraguaio saiu militarmente vitorioso nos combates. Mas as negociações de paz devolveram parte

do território, até onde tinham chegado as forças paraguaias, a Bolívia e isso desatou, por muito tempo, uma dura polêmica de que o governo liberal tinha traído a pátria. Porém, o mais importante é que a experiência da mobilização de tropas em grande parte de origem rural contribuiu para sua politização e projetou os chefes militares vitoriosos à política.

Entre fevereiro de 1936 e agosto do ano seguinte, houve uma curta primavera progressista. Na ocasião, um golpe de Estado militar derrubou o governo liberal e colocou na presidência o coronel Rafael Franco (1896-1973), um herói de guerra. Franco aplicou um programa similar ao populismo da época (aprovação de leis trabalhistas, criação de um ministério para zelar pela sua aplicação, impulso à reforma agrária e reivindicação nacionalista do passado, a começar pela recuperação da figura de López como principal herói da pátria, anulando o decreto de 1869). A experiência, que ficou conhecida como a “Revolução de Fevereiro”, terminou vítima das contradições entre seus componentes de direita e esquerda, e um novo golpe de Estado recolocou os liberais no poder.

Em 1940, um setor militar assumiu o poder, expulsando os liberais do governo e ilegalizando o partido. Em 1947, os colorados aliados ao presidente e um setor militar chegaram ao governo depois de uma sangrenta guerra civil da qual esse partido saiu vitorioso contra o setor legalista do exército apoiado por liberais, “febreristas” e comunistas. O país viveu em grande instabilidade política com governos colorados sucedendo-se aceleradamente ao calor

da luta interna desse partido até que em 1954 um golpe de Estado liderado por uma facção colorada colocou o general Alfredo Stroessner no poder. Stroessner eliminou do Partido Colorado elementos que lhe faziam oposição, em uma série de purgas até 1959, e “coloradizou” as Forças Armadas. Em sinal de alinhamento com os ditames dos EUA, assinou um dos primeiros acordos com o FMI e se entregou a um furioso anticomunismo com assessoramento direto do governo norte-americano.

O governo de Stroessner enfrentou uma greve de estudantes em 1958 e uma greve geral operária em 1959. Reprimiu ambas com extrema violência e descabeçou, por um lado, um setor que ainda lhe fazia oposição dentro do seu partido – que no exílio se transformaria em Movimento Popular Colorado (MOPOCO) – e por outro, o movimento operário – a Confederação Paraguaia de Trabalhadores (CPT) – que viu sua direção e a de seus sindicatos sofrer intervenção de agentes da ditadura pelas décadas seguintes.

No início dos anos 1960 a ditadura derrotou duas tentativas guerrilheiras, uma liderada por liberais, o Movimento 14 de Maio, e outra por comunistas, a Frente Unida de Libertação Nacional (FULNA). Antes, durante e depois dessa tentativa de luta armada comunista, o governo perseguiu violentamente o Partido Comunista Paraguaio (PCP), que teve seus principais dirigentes presos por longos anos, alguns até finais da década de 1970.

Mas Stroessner também domesticou as oposições liberais e “febreristas”, levando-as a participar em 1967 de uma

Assembleia Constituinte, sem que tenha cessado a repressão política, o que deu uma fachada de normalidade institucional, um verniz legitimador à ditadura. Aliás, desde 1954 Stroessner se preocupou em organizar periodicamente eleições fraudulentas, sempre realizadas sob estado de exceção e com opositores na cadeia, para cumprir com os rigores de uma “democracia ocidental e cristã” tal como propagandeada por Washington, contando desde os anos 1960 com a participação de partidos “opositores” títeres que se prestavam à farsa. O Partido Colorado, sob Stroessner, foi integrante de primeira hora da Liga Anticomunista Mundial, a fachada política internacional que o intervencionismo dos EUA usava através dos seus aliados na luta contra o “comunismo internacional” e tudo o que sem ser comunista, pelo seu progressismo, pudesse ser acusado de tal.

Stroessner tinha boas relações com militares brasileiros. Ele se formou em 1940 em um curso de artilharia do Exército do Brasil. Generais brasileiros de destaque no ciclo da ditadura militar brasileira, como Golbery de Couto e Silva e João Batista Figueiredo, tiveram funções militares na Embaixada brasileira em Assunção, antes de ganhar projeção nas forças armadas. Stroessner promoveu um *aggiornamento* do país no cenário regional e internacional. Logo operou um “giro geopolítico” para tirar o Paraguai da influência de Buenos Aires, que tinha sido até os anos 1930 representante regional do império inglês para colocar o país sob influência do Brasil e dos EUA.

Fundou, em 1957, uma cidade com seu nome, na fronteira com Foz de Iguaçu (Paraná). O governo brasi-

leiro começou, com recursos, a construção da “Ponte da Amizade” que seria inaugurada em 1965. Com apoio brasileiro, Stroessner financiou a terminação da estrada que conectava Assunção com a fronteira e o governo brasileiro habilitou em Paranaguá (PR), um regime especial para que o Paraguai administrasse um porto seu. Finalmente, o Paraguai tinha uma alternativa a Buenos Aires para infraestrutura e logística do seu comércio exterior.

No começo dos anos 1960 a ditadura paraguaia aprovou uma nova legislação agrária, eliminando obstáculos para a compra de terras por estrangeiros. Ao final dessa década, Stroessner, em combinação com a ditadura brasileira, promoveu uma gigantesca migração – calcula-se 500 mil pessoas – sobretudo do Sul do Brasil para o Leste paraguaio. Combinavam-se, nesse processo, a expansão da fronteira agrícola brasileira, para além do seu território, e a tentativa, por parte do governo militar brasileiro, de tirar pressão da luta pela terra que tinha sido retomada no Sul do país.

Para o pensamento geopolítico militar brasileiro, tratava-se de proteger seu território assentando cidadãos do seu país do outro lado da fronteira, considerando que o Brasil havia decidido construir, nessa região, uma hidrelétrica estratégica em condomínio com seu vizinho.

Já para Stroessner e seus amigos, significou uma gigantesca negociata com terras paraguaias, incluídas remanescentes de terras fiscais existentes na região. Iniciava-se aí o fenômeno dos “brasiguaios”, identificados com as grandes extensões de soja – ainda que a maioria dos brasileiros migrados ao Paraguai não tivesse esse perfil de latifundiário. Aliás,

a maioria acabou voltando ao Brasil em um processo de reconcentração das terras entre proprietários brasileiros em território paraguaio. A denominação de “brasiguaios”, utilizada pejorativamente, apareceu quando um dos primeiros grupos a retornar acampou no lado brasileiro em busca de terras.

Segunda iniciativa: a ditadura paraguaia aprovou um “regime de turismo” pelo qual o país se converteu em um ponto-chave da triangulação de produtos industriais de consumo de luxo, entre o centro produtor, o de distribuição, Cidade do Leste (antes Cidade Presidente Stroessner) e o lado brasileiro. Isso está na origem dos “sacoleiros” que todas as semanas ocupam Cidade do Leste à procura dessas mercadorias mais baratas em relação às disponíveis no Brasil. A triangulação, que inicialmente era composta por Panamá, Paraguai e Brasil, passou a ser China, Paraguai e Brasil e depois assim até os dias atuais.

A ditadura promoveu todo tipo de negócios ilegais, em grande medida em aliança com empresários, políticos e/ou o crime organizado brasileiro: nos anos 1970-1980 proliferou o roubo de carros no Brasil para venda no Paraguai; desde os anos 1970, generais paraguaios e narcotraficantes brasileiros enriqueceram juntos com o tráfico de drogas e armas do Paraguai ao Brasil, e mais recentemente cresceu o contrabando massivo de cigarros, cujo destino é também Colômbia e México.

A ditadura instituiu – e a democratização manteve – uma “cultura” do acesso a bens manufaturados fora dos trâmites legais, o que permitiu ter um país com gente pobre em termos de renda, mas com algum acesso a bens de con-

sumo. Além do mais, as principais famílias ligadas ao regime ditatorial, e depois à transição, desenvolviam uma burguesia “compradora” interessada, sobretudo, nas importações. O Paraguai é provavelmente um dos poucos países onde as associações de empresários importadores têm mais peso político que as dos demais setores da economia.

A terceira grande mudança impulsionada pela ditadura de Stroessner foi a assinatura, junto com a ditadura brasileira, do Tratado de Itaipu, em 1973. Assim, foram criadas as condições para iniciar a construção da usina hidrelétrica que leva o mesmo nome.

Para o regime de Stroessner, Itaipu conclui o “giro geopolítico” ao instalar o país na esfera de influência do Brasil. Mas foi também uma alavanca para retirar o país de uma longa recessão que vinha desde a decadência das economias de “enclave” que dominaram o país até os anos 1940, lançando um acelerado crescimento econômico na segunda metade dos anos 1970 e uma oportunidade para o enriquecimento ilícito dos círculos próximos do poder, em grande medida graças à corrupção na construção da gigantesca obra.

Reprimido o PCP e tendo obtido a participação subordinada dos partidos políticos moderados, o espaço político opositor foi ocupado pela juventude e o campesinato. Entre finais dos anos 1960 e início de 1970, houve grande agitação de estudantes universitário e secundaristas. Um dos seus momentos altos foi a manifestação de 1969 contra a presença de David Rockefeller (1915-2017) no Paraguai.

No campesinato cresceram importantes núcleos organizativos das Ligas Agrárias Cristãs (LAC), estimuladas por setores progressistas da Igreja Católica. Essa organização seria perseguida pela ditadura e os padres que a apoiavam eram expulsos do país. Em começo da década de 1970 estudantes e camponeses confluíram na organização político-militar Primeiro de Março, que visava deflagrar a luta armada contra o regime.

Na segunda metade dos anos 1970, a ditadura de Stroessner chegaria ao seu auge. Estava acontecendo uma modernização das estruturas econômicas e o PIB crescia aceleradamente. Ao mesmo tempo, acirrou a repressão contra setores populares e de esquerda. Em 1974 eliminou uma organização de esquerda que planejava um atentado contra o ditador; em 1975 assassinou os principais dirigentes comunistas e encarcerou dezenas de militantes que estavam reorganizando o partido dentro do país; em 1976 destruiu a organização Primeiro de Março, assassinando dirigentes camponeses e estudantis, e prendendo centenas de militantes; em 1977 prendeu um grupo de intelectuais opositores; e em 1980 massacrou a outra organização camponesa. Com essa combinação de bonança econômica e repressão política, domesticou por completo às oposições conservadoras e enriqueceu ainda mais aos membros do poder e seus amigos. Na esquerda se falava então do surgimento de uma forte “burguesia fraudulenta”, vinculada aos negócios ilegais e negociatas promovidas pela ditadura.

Enquanto isso, o governo dos EUA mudava sua política, sobretudo a partir do mandato (1977-1981) do pre-

sidente Jimmy Carter. Desde o começo da Guerra Fria, em 1947, o imperialismo estadunidense respondia ao ascenso dos movimentos progressistas, instalando ditaduras militares nos países latino-americanos, que consideravam parte do seu “pátio traseiro”. Seu governo agora ensaiava uma nova política hemisférica buscando legitimá-la com o discurso da defesa dos direitos humanos e que escoaria, já nos anos 1980, nos processos de democratização conservadora em toda a região.

Pressionado, Stroessner abriu em 1976 um campo de concentração – conhecido pelo nome do município “Emboscada” – onde reconheceu a existência de aproximadamente mil presos políticos, muitos dos quais a ditadura negava estar sob seu poder, e que iriam ser liberados até 1980. No entanto, houve vários casos de presos que não foram transferidos à Emboscada, pois estavam encarcerados de forma clandestina e Stroessner os mandou assassinar. Os corpos estão desaparecidos. Dentre eles, os quatro sobreviventes da repressão de 1974. O dirigente comunista Antonio Maidana (1916-1980), quem tinha estado preso de 1958 a 1977, depois de liberado, foi novamente perseguido, obrigado a abandonar o país e, finalmente, em 1980, uma ação combinada das ditaduras do Paraguai e Argentina no marco da Operação Condor o sequestrou, assassinou e o fez desaparecer em Buenos Aires.

A finalização das obras de Itaipu, no início dos anos 1980, teve forte impacto recessivo na economia paraguaia. Somado à nova orientação da política dos EUA para a região e ao envelhecimento do ditador, elevaram-se con-

tradições internas no governo. Em simultâneo, cresceram as lutas populares com manifestações de trabalhadores e estudantes desde 1982. Nesse ano, houve uma campanha de solidariedade intersindical em defesa dos trabalhadores da Coca-Cola que contou com apoio de núcleos de estudantes. Finalmente, o controle da ditadura sobre os sindicatos parecia ceder e o movimento estudantil dava indícios de recuperação depois das repressões de 1976-1977. Em meados da década, em torno ao Hospital de Clínicas de Assunção se inicia uma luta que envolveu médicos, enfermeiras e estudantes de medicina. Houve uma celebração combativa do Dia do Trabalhador, no 1º de Maio de 1986, que foi fortemente reprimida. Também os movimentos camponeses que tinham sido dizimados na década anterior retomam sua organização e luta.

Paralelamente, a Embaixada dos EUA buscou fortalecer os atores políticos moderados, apoiando a criação do “Acordo Nacional” uma coalizão de liberais já cindidos do partido que fazia o jogo da ditadura, “febreristas” e MOPOCO. Também a Igreja Católica iria mobilizar-se para ter protagonismo num momento em que se percebia a decadência da ditadura. Em 1986 o Partido Colorado se dividiu em duas facções, os “militantes” que defendiam a continuidade do estronismo com o filho maior do ditador, Gustavo, um militar de aeronáutica, assumindo a presidência, e os “tradicionalistas” que ansiavam ver, finalmente, um colorado civil assumir o poder.

Assim na ditadura como na democracia

O governo norte-americano conspirava ativamente contra Alfredo Stroessner. O general Andrés Rodriguez, consogro de Stroessner, segundo militar com mais poder no país desde 1970, indicado pelos EUA como um dos principais narcotraficantes da região, liderou o golpe de Estado que pôs fim à ditadura entre 2 e 3 de fevereiro de 1989. Através de uma farsa eleitoral, Rodriguez “completou” o mandato presidencial (iniciado por Stroessner em 1988 e que terminaria em 1993). A transição formal entre ditadura e democracia seria completada com a eleição de uma Assembleia Constituinte, com maioria colorada, que promulgou uma nova Constituição em 1992, e proibiu a reeleição de Rodriguez ou a eleição de qualquer parente seu.

Nesse processo se evidenciou um novo ator político. Em 1991 um candidato de esquerda independente, Carlos Filizzola, dirigente sindical dos médicos e que ganhou projeção nas lutas dos anos 1980, foi eleito prefeito da capi-

tal, Assunção. Na Constituinte, foi eleita uma importante bancada de deputados independentes progressistas (11%), atrás do Partido Colorado (55%) e do Liberal (27%).

Os avanços dos setores progressistas naquelas duas eleições não se traduziram em uma construção política consistente. No entanto, toda a década foi tomada por lutas operárias e camponesas. Foi o que marcou esse período, muita luta social, sem representação política partidária. Esse desencontro somente começaria a resolver com a vitória de Fernando Lugo, em 2008, a construção da Frente Guasú e outras expressões partidárias.

Quem liderou a transição democrática foi o partido que sustentou a ditadura. “Aí somente falta eu” teria exclamado Stroessner ao ver a fotografia do primeiro governo da transição sob a presidência de Rodriguez. A oposição moderada assumiu a perspectiva de colaborar na governabilidade, desde que lhe fosse permitida a participação nas instituições.

Com as oposições conformadas com o papel secundário, as principais disputas voltaram ao interior do Partido Colorado. Na briga por quem seria o sucessor de Rodriguez em 1993, uma aliança entre militares e empresários levou, graças às fraudes na eleição interna do Partido Colorado, a Juan Carlos Wasmosy – que tinha enriquecido com as obras de Itaipu – à presidência. Na sequência, o general Lino César Oviedo, que tinha patrocinado Wasmosy, tentou um golpe de Estado. Ele foi impedido pela ação ostensiva das embaixadas dos EUA e do Brasil. Mas se lançou candidato para a eleição de 1998.

Impedido de participar, colocou um preposto na presidência, o empresário Raul Cubas. Completou a chapa, o líder colorado Luis Maria Argaña – a quem Oviedo tinha roubado a indicação em 1993 em favor de Wasmosy, e a quem tinha derrotado na prévia colorada. Uma dupla explosiva. Nessa ocasião, a disputa interna terminou no assassinato de Argaña e na renúncia de Cubas – para evitar o *impeachment* iminente.

Violando a Constituição, o presidente do Senado, o colorado Luiz Gonzalez Macchi, assumiu a Presidência da República. Mas foi convocada eleição direta para preencher o cargo de vice-presidente. Elegeu-se “Yoyito” Franco, um liberal apoiado pelos oviedistas que estavam proscritos. Foi anunciado um governo de unidade nacional que durou poucos meses. Foram anos de grande instabilidade.

Em 2003 conquistou a Presidência da República pelo Partido Colorado, Nicanor Duarte Frutos, o primeiro candidato colorado que não tinha raízes na ditadura do Stroessner. Embalado pela conjuntura regional, acompanhou muitas das iniciativas progressistas. Frutos instituiu um incipiente programa similar ao Bolsa Família (“Tekoporá”, ou “viver bem” em guarani). Com os demais governos do Mercosul e Chávez na Venezuela, ele impulsionou a rejeição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em Mar del Plata em novembro de 2005. Enfrentou a oposição do seu vice-presidente, Luis Castiglioni, muito ligado à política do governo dos EUA.

Com grande controle das instituições, Nicanor atropelou a Constituição para ser eleito presidente do seu par-

tido, sendo presidente do país. Em rechaço a essa ação, um bispo progressista liderou, em março de 2006, uma manifestação com mais de 30 mil pessoas em defesa da legalidade. Era Fernando Lugo, que já tinha uma projeção social pelo trabalho pastoral no departamento de São Pedro, uma das regiões mais pobres do país e com uma população camponesa muito combativa, constituída por comunidades que se formaram a partir da resistência contra o avanço da fronteira dos agronegócios. Essa mobilização projetou Lugo como líder da oposição ao Partido Colorado.

Na disputa dentro do Partido Colorado, Castiglioni acusou Duarte Frutos de ter fraudado a eleição interna para impor sua candidata Blanca Ovelar e, de fato, sua facção não iria apoiá-la. Enquanto isso, Lugo conseguiu o apoio do Partido Liberal para encabeçar sua chapa, com um vice indicado pelo partido, Federico Franco, em uma interna liberal muito questionada.

A eleição de 2008 seria decidida entre três candidaturas que correram bastante parelhas. A do Partido Colorado, enfraquecida pela divisão interna. A do general Oviedo, que tinha fundado um partido próprio. E a de Lugo que conseguiu juntar os liberais com todas as forças progressistas e de esquerda.

A derrota do Partido Colorado aconteceu por uma conjunção de três fatores que, até então, não tinham acontecido simultaneamente: (i) sua divisão interna, (ii) a decisão dos liberais de apoiar um candidato que poderia ser votado por eleitores que não são desse partido, inclusive por eleitores colorados (atente-se para o fato de Lugo ser

parte de uma das principais famílias coloradas, que tinha sido perseguida por Stroessner) e (iii) a presença de um terceiro candidato forte, mas em processo de desidratação.

Um fato que teria importantes repercussões posteriormente é que as forças progressistas e de esquerda se apresentaram muito divididas às eleições legislativas, o que resultou, dadas as regras eleitorais paraguaias, em uma sub-representação legislativa dessas organizações. Assim, a vitória de um candidato presidencial progressista não foi acompanhada pela eleição de bancadas importantes nem de senadores (três em 45), nem de deputados (dois em 80).

Curta primavera progressista

A vitória da candidatura de Fernando Lugo foi ajudada, também, porque claramente houve uma divisão entre as forças que, por trás do jogo político, dominam a sociedade paraguaia. O jornal ABC Color, do magnata Aldo Zuccolillo, teve papel importante em promover a candidatura de Lugo. A embaixada dos EUA, que desde os anos 1950 projeta sua sombra sobre os governos paraguaios, teve uma postura condescendente.

Ainda os historiadores vão desvendar as tramas daquela conjuntura, mas tratava-se de interromper o ciclo de domínio colorado em um momento em que esse partido oligárquico estava sob controle de um político – o presidente Duarte Frutos – que se sintonizava a sua maneira com o progressismo regional. Inclusive promoveu uma convenção partidária unicamente para incluir na definição do partido o “socialismo humanista”. Nada disso impedia que dentro do país seu governo fosse cada vez mais repres-

sivo com os movimentos camponeses. A Igreja Católica paraguaia, que mostrava desgosto com o fato de um bispo católico entrar para a política, no entanto, tinha ainda maiores reparos em relação a Duarte Frutos porque, por meio da esposa, ele tinha estabelecido vínculos políticos com setores evangélicos que ganhavam espaços no seu governo – algo inédito no país.

Em condições normais, esse poderes teriam trabalhado contra a candidatura Lugo. Uma comparação com o México pode explicar melhor o argumento. Lá o Partido da Revolução Institucional (PRI) assumiu o poder nos anos 1920 e governou de forma ininterrupta até 1988, também como o Partido Colorado, nos moldes de partido-estado. Nesse ano, a candidatura progressista do Cuauhtémoc Cárdenas, um priista dissidente, venceu a eleição, mas o PRI fraudou o resultado e continuou no poder. Só foi perder e reconhecer a derrota em 2000, quando o Partido de Ação Nacional (PAN), um partido neoliberal à direita do PRI, venceu a disputa. A ciência política de esquerda nos anos da transição democrática na América Latina definiu que estávamos em presença de regimes que aceitam a “alternância *no* projeto”, mas não “alternância *de* projetos”.

O fato é que desde que assumiu, Lugo teve seu governo questionado – inclusive por aliados conservadores – a todo momento se estaria aderindo ou não ao “bolivarianismo” na região. A direita paraguaia, com ABC Color liderando a opinião pública, fez uma campanha contra a Venezuela “chavista” que lembrou os tempos da campanha da ditadura do Stroessner contra a URSS e Cuba comunis-

tas. Instalou-se um clima de guerra fria contra Venezuela e contra todo o cinturão progressista latino-americano.

O governo Lugo era um governo cercado, sob chantagem permanente de sofrer um “julgamento político” (que é a denominação do *impeachment* no Paraguai). A jornalista Fátima Rodriguez registrou que, ao longo dos pouco menos de quatro anos de mandato, Fernando Lugo sofreu 23 tentativas de *impeachment* que o derrubou, finalmente, em junho de 2012¹. A primeira foi logo no começo do seu governo. Enquanto isso, o vice-presidente anunciava que se encontrava em condições de assumir a presidência, caso necessário. Foi um caso de conspiração do vice à primeira vista.

Em fevereiro de 2010 houve um incidente diplomático com os EUA. O ministro da Defesa, general da reserva Luis Bareiro Spaini, um militar com formação nacionalista e democrática, enviou à embaixadora americana, em Assunção, uma carta de protesto pelo que presenciou dentro da embaixada em uma atividade social. O vice-presidente Franco, na frente da embaixadora, teria tratado da destituição do presidente Lugo. O governo dos EUA reclamou, ofendido pela carta. Lugo demitiu o ministro. Ninguém questionou publicamente a atitude da embaixadora. Ninguém prestou publicamente solidariedade a Spaini.

O gabinete de Lugo foi bastante amplo, em termos políticos. Na Fazenda, nomeou Dionisio Borda, que goza do reconhecimento da opinião pública por ter estabelecido, na primeira parte do governo Duarte Frutos, critérios

1. https://www.academia.edu/13161831/Paraguay_2012_Cr%C3%B3nica_de_un_juicio_pol%C3%ADtico_anunciado?auto=download

de disciplina fiscal e monetária na economia paraguaia. Sua presença poderia ser entendida como uma certa garantia de administração bastante prudente da política econômica.

Em vários dos principais cargos ingressaram políticos do PLRA. Seu principal aliado estava dividido entre três facções principais, que digladiavam entre si disputando espaços no governo com vistas a posicionar candidaturas diferentes na seguinte eleição presidencial. E não tinham a mínima fidelidade nas votações no Congresso Nacional, cada votação importante para o governo tinha que ser negociada com os liberais como se fosse a primeira vez. Nas áreas sociais foram indicados vários referentes progressistas. Mas também houve altos funcionários de longa trajetória do Partido Colorado, que expressavam um discreto apoio de setores desse partido também em crise.

Lugo buscava equilíbrio dentro dessa geometria variável e instável. Seu perfil político pessoal não tinha respaldo em uma grande bancada progressista em nenhuma das duas casas legislativas. Seu aliado prioritário, o PLRA, só calculava quem o sucederia e quando. Sua oposição, o Partido Colorado, estava dividido e enfraquecido, mais cedo do que tarde teria que derrotá-lo para ter chances de voltar ao poder.

No começo de 2010 todas as organizações e movimentos de esquerda convergiram na formação da Frente Guasú (Frente Grande, em guarani) que deveria ser o ponto de apoio popular e progressista à presidência do Lugo. Registre-se que os setores populares e de esquerda tinham tentado, até meados do ano anterior, mostrar capacidade

de mobilização, reivindicando pautas progressistas e buscando constituir bases para uma governabilidade com o povo nas ruas. Mas não conseguiram. Significa dizer que a conformação da Frente Guasú (FG) se deu a frio e sobre um recuo tático. A primeira ação política significativa foi a tentativa de impulsionar um projeto de emenda da Constituição, de iniciativa popular, para permitir que o presidente pudesse se candidatar novamente – o que a redação de 1992 não permite “em nenhum caso”. Colhidas as assinaturas e entregue o petição ao Congresso, sofreu uma duríssima oposição na imprensa e no Legislativo, e logo foi abandonada. Depois disso, a pauta seria estritamente eleitoral, buscando definir qual dos cinco pré-candidatos da Frente Lugo apoiaria para sua sucessão em 2013.

Mas o governo Lugo começou tomando iniciativas importantes, de impacto popular e opinião pública. Tal como prometeu na campanha, a saúde na rede pública passou a ser gratuita. O programa Tekoporá teve sucessivas ampliações para beneficiar um número maior de pessoas na pobreza extrema. Abriu negociações com o governo Lula para melhorar a participação do Paraguai no empreendimento binacional da hidrelétrica de Itaipu. Menos de um ano depois, assinaram um acordo com ganhos substantivos para o Paraguai. Iniciou importantes obras de infraestrutura há muito postergadas, como a avenida de circunvalação da baía de Assunção.

O governo teve importante desempenho diplomático regional. Eram os tempos de construção de novas institucionalidades – Unasul, Celac – e renovação de antigas –

Mercosul. A agenda do presidente Lugo tinha plena vigência nesse contexto. Vejamos um exemplo. O Paraguai é um grande exportador de eletricidade para Brasil e Argentina, mas em condições definidas nos anos 1970, que não correspondem ao mercado regional atual e que o prejudicam. O governo Lugo defendia a recuperação da soberania do país sobre sua energia em um novo contexto de integração regional, que permitiria uma solução benéfica ao Paraguai e aos seus vizinhos. Esse tema foi naturalmente pautado pela Unasul, quando avançou na elaboração de um Tratado Energético em 2010-2011 (que a conjuntura regional conturbada não permitiu concluir).

O principal déficit do governo Lugo foi talvez com sua principal base social, os camponeses organizados. A reforma agrária – muito dificultada pela Constituição e as leis e sofrendo grande resistência no Congresso Nacional – não avançou; e com o Ministério de Agricultura nas mãos de liberais mais próximos ao agronegócio que ao campesinato pobre, não houve mudanças importantes na política agrícola orientada à agricultura familiar. Apesar dos poucos resultados, o governo sinalizou uma abertura inédita em relação ao campesinato, recebendo seus líderes e buscando fazer concessões pelas beiradas.

Enquanto isso, a chantagem pública contra sua presidência crescia. Uma e outra vez se manipularam informações acusando Fernando Lugo de estar vinculado a uma guerrilha de camponeses (autodenominada “Exército do Povo Paraguaio”, EPP) pequena, porém ativa na região onde ele fora bispo. Sua proximidade com os movimentos

camponeses de atuação legal seria parte da mesma trama criminosa. Uma mentira contada uma e outra vez, até os dias de hoje!

Para que a direita obtivesse uma justificativa plausível para um golpe de Estado, precisava juntar três pontas: (i) a atuação criminosa do EPP (sequestros, assassinatos de peões de estância etc., que a FG também condenava), (ii) a legítima luta pela terra dos camponeses e (iii) o governo Lugo. Houve uma primeira tentativa em um conflito de terra na região do Ñancunday (ao sul de Cidade do Leste/ Foz do Iguaçu) onde, no começo de 2012, camponeses sem-terra reivindicavam terras propriedade do estado que foram invadidas pelo latifundiário brasiguai Tranquilo Favero, o “rei da soja” e maior latifundiário do Paraguai. Estima-se que ele concentre mais de um milhão de hectares em todo o país. Funcionários do governo Lugo detectaram a presença de sicários vinculados ao narcotráfico infiltrados entre os camponeses e atuaram para separar os sem-terra deles, impedindo que o conflito fosse acirrado pela provocação armada que se estava preparando. Quem enviou os pistoleiros? Nunca se esclareceu. A quem favoreceria a atuação? Isso ficaria claro no seguinte evento.

No município de Curuguaty, perto da fronteira de Salto del Guaira (Departamento de Kanindeju)/Guaíra (Estado do Paraná) há um antigo conflito de terras entre camponeses e um latifundiário paraguaio, Blas Riquelme, multimilionário com negócios obtidos graças à ditadura de Stroessner e alto dirigente do Partido Colorado. O terreno em disputa era conhecido como Marina-Kue (“Foi da Ma-

rinha”, em guarani) onde, em junho de 2012, um grupo reduzido de camponeses tentava uma vez mais chamar a atenção para o fato de Riquelme ter se apropriado de terras do Estado, que eles reivindicavam para a reforma agrária.

Na sexta-feira do dia 15 de junho de 2012 uma comitiva de mais de 300 policiais, incluída tropa de elite, instância de uma confusa ordem judicial, ingressou ao terreno onde estavam 50 camponeses, incluindo mulheres e crianças². Dizemos “confusa” porque primeiramente comentou-se que a ordem era de “despejo” e depois se falou em “cateo” (“buscas”) apenas. Houve um enfrentamento violento do qual resultaram 11 sem-terra e seis policiais mortos.

Esse fato, de que tenha tido mortos de ambos lados do conflito, revestiu o evento de uma singularidade: após o enfrentamento, ninguém defendia o governo Lugo. A morte de seis policiais, supostamente nas mãos dos camponeses, foi usada para enervar os ânimos e justificar os ex-abruptos políticos dos setores conservadores da sociedade, toda a mídia comercial, as organizações empresariais e os partidos da direita. Ao mesmo tempo, a morte dos 11 camponeses pelos policiais, entre eles lideranças conhecidas de longa trajetória, abalou profundamente a relação entre os movimentos e o governo. Para uns e outros, não era um detalhe menor o ministro do Interior, responsável pela atuação da Polícia Nacional, um integrante histórico do progressismo, Carlos Filizzolla, reeleito senador em 2008, ter iniciado sua mili-

2. O episódio foi bem relatado no livro “O massacre de Curuguaty – Golpe sicário no Paraguai”, de Julio Benegas Vidaller, lançado pela Fundação Perseu Abramo e Editora Expressão Popular em 2017. O livro está disponível no link: <<<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/o-massacre-de-curuguaty/>>>.

tância ainda nos anos 1980 contra a ditadura e, em 1991, ter sido eleito prefeito de Assunção.

A diferença do caso do Ñacunday – e dos muitos outros anteriores sob o governo Lugo – o de Marina Kue não estava no radar dos órgãos do governo que acompanhavam conflitos agrários e intervinham para evitar ações violentas. Lugo destituiu Filizzolla e nomeou como ministro uma importante figura do Partido Colorado, um grande repressor do campesinado quando ocupou o cargo de procurador-geral da República. E propôs a criação de uma comissão de investigação independente, a ser formada com personalidades nacionais, para esclarecimento de fatos. Mas a direita não esteve interessada em esclarecer os fatos. Tanto que o Ministério Público e a Justiça, passando por cima de todas as evidências, condenaram os camponeses a longas penas e sequer investigaram as circunstâncias em que foram mortos os sem-terra.

A direita tinha nas mãos, finalmente, uma justificativa para manipular a figura constitucional do “juízo político” e derrubar o presidente.

Uma semana depois do massacre, na tarde da sexta-feira 22 de junho, no processo do *impeachment*, o Senado votou favorável à destituição do Lugo. Apenas quatro senadores, dos 45, votaram contra, três da FG e um do PLRA. No dia anterior, dos deputados apenas uma parlamentar da FG, dos 80 membros dessa Câmara, votou contra dar andamento à denúncia, procedimento que a remetia ao Senado. Segundo a acusação, não precisava provar nada porque a culpa era evidente e pública. Assim, juntaram

recortes de jornais como toda documentação. Entre a aceitação da acusação e a condenação passaram-se 24 horas.

Nas ruas, em frente ao Congresso, tinham se reunido alguns milhares de militantes contrários ao golpe que estava em curso. Pouco antes de terminada a votação final, foram brutalmente dispersados por uma tropa de choque da polícia. Lugo se dirigiu à população pela televisão avisando que não resistiria à decisão do Congresso. Terminava aí um capítulo ímpar na história política paraguaia contemporânea.

Modernização capitalista ou estado falido?

O golpe de Estado no Paraguai aconteceu enquanto no Rio de Janeiro se desenvolvia a Conferência Rio+20, onde todos os presidentes da América do Sul (menos Lugo) encontravam-se na cidade. Isso permitiu que os chefes de Estado da Unasul e Mercosul tomassem decisões enquanto o drama se desenvolvia.

A decisão de ambas instituições multilaterais regionais de suspender a participação do Paraguai em seus fóruns foi tomada pelos presidentes e presidentas, com pleno conhecimento dos detalhes que indicavam tratar-se de um golpe de Estado. Uma comissão de chanceleres de todos os países da Unasul foi enviada na quinta-feira (21) para tentar mediar a crise. Foi recebida pelo presidente Lugo essa mesma noite. No dia seguinte, fez reuniões com as bancadas de senadores envolvidas na trama do golpe sem nenhum resultado e tendo que ouvir desaforos. A chanceler colombiana, representante de um governo de direita tentou, com uma

das bancadas que o partido do seu governo tinha afinidade, que estendessem o prazo da defesa do presidente Lugo para até três dias. Um dos senadores de direita apresentou a proposta no Senado e esta foi rapidamente rejeitada.

O Paraguai ficou isolado diplomaticamente no Mercosul e na Unasul até realizar eleições em abril de 2013, para considerar a institucionalidade democrática reestabelecida. O mesmo não ocorreu na Organização de Estados Americanos (OEA). Seu secretário-geral, o socialista moderado chileno José Miguel Insulza, fez dois movimentos combinados: ofereceu aos golpistas conseguir sua permanência no órgão sem sanções, em troca, eles não deveriam obstruir judicialmente o presidente deposto, de forma a continuar sua atividade política – inclusive podendo ser candidato ao Senado em 2013. Na OEA houve uma sorte de “empate” entre o setor liderado pela Unasul e a proposta de Insulza de reconhecer o novo governo. Não havendo maioria para punir, o *status quo* permitiu ao representante do governo continuar na função normalmente.

No final da tarde de 22 de junho de 2012, assumia a presidência um representante do PLRA, algo que acontecia desde 1940. A relação entre as três principais facções que se digladiavam, o partido tinha se apaziguado com a expectativa de assaltar o poder e se distribuir a Presidência da República (para o vice, Federico Franco), a candidatura à presidência na futura eleição (para o senador Efraim Alegre) e a presidência do partido (com o senador Blas Llano).

Como era de se esperar, os liberais sozinhos deram uma guinada à direita nos rumos do governo. Sua traição

fez com que a aliança com os setores progressistas se rompesse de forma drástica.

O Partido Colorado teve, até o golpe, uma trajetória peculiar. Um setor de sua dirigência, entendendo que seu partido estava acostumado ao poder e a utilizar os recursos do Estado, que agora tinha dificuldade de ceder por se encontrar na oposição, buscou um empresário interessado em ingressar na política e com suficiente dinheiro para financiar a campanha. Seu nome era Horácio Cartes. A partir de 1980, Cartes se fez no mundo dos negócios na fronteira de Pedro Juan Caballero (departamento de Amambay) com Ponta Porá (Mato Grosso do Sul). Ele frequentava os noticiários porque sua fábrica de cigarros é a principal fornecedora do contrabando que inunda o mercado brasileiro, e também o da Colômbia, do México etc. Além disso, Cartes frequentava os documentos oficiais dos EUA divulgados por *wikileaks*, nos quais deixam claro que o governo americano o seguia, bem como os gerentes de suas empresas sob suspeitas de vários negócios ilícitos internacionais.

Para que Cartes possa ser candidato, os colorados mudaram seu estatuto – que exigia dez anos de filiação ao partido, como demonstração de raízes e tradição. Cartes não somente não era filiado a nenhum partido, como nunca tinha votado em nenhuma eleição. Apesar de todas as suspeitas que despertava entre os dirigentes colorados, os recursos econômicos que Cartes colocou na campanha de 2013, acabou reunificando ao partido com a perspectiva de voltar ao poder.

O que aconteceu depois do golpe de 22 de junho pode ser resumido em dois fatos políticos fundamentais:

* Efraim Alegre perdeu a eleição para Horácio Cartes. Este agregou aos votos colorados o apoio dado por eleitores que viam nele um “outsider”, um não político, um empresário e presidente de clube de futebol de êxito etc. Durante a campanha, o general Oviedo, que subtraía votos colorados para sua candidatura, morreu em um acidente de helicóptero, numa situação que despertou suspeitas. Como dito anteriormente, o golpe rompeu a aliança dos liberais com os setores progressistas que, divididos, lançaram dois candidatos.

* Com sua vitória na eleição presidencial, Cartes deixou de lado alguns dos dirigentes que o trouxeram ao partido, e iniciou um processo para ter o controle absoluto sobre a organização. Somente Stroessner em 1954-1959, em outro contexto e com outros meios, conseguiu se apossar de forma tão profunda desse partido. Nos anos 1990 tanto Wasmosy como Oviedo tentaram, mas foram repelidos pela sua estrutura. Posteriormente, em dezembro de 2017, Cartes seria derrotado pela oposição interna do seu partido na indicação do candidato presidencial. Ainda assim, manteve a liderança nas outras indicações, de candidatos ao parlamento e às governações departamentais, além de encabeçar a lista de senadores do partido.

Depois do golpe de junho de 2012 e já na perspectiva da disputa eleitoral, a Frente Guasú se dividiu. A parte que ficou com a sigla manteve Lugo como figura de referência, liderando a chapa para o Senado, conseguindo

eleger cinco senadores e um deputado. Outra parte ficou com a candidatura do jornalista Mario Ferreiro, de perfil independente progressista, e assumiu a denominação de Avança País. Eleger dois senadores e duas deputadas. Essa separação continuaria por todo o período, sendo que nas eleições municipais de 2015, Ferreiro foi eleito prefeito de Assunção sem o apoio da FG e com adesão do PLRA.

O governo Cartes tem sido, fundamentalmente, um governo de direita neoliberal sem grandes novidades. Iniciou o mandato fazendo aprovar uma lei que lhe permitia mobilizar as Forças Armadas no combate ao EPP e outra de um muito flexível modelo de Alianças Público Privadas, que era visto como uma via para um acelerado processo de privatizações. A política internacional do governo girou para um apoio a Taiwan para seu reconhecimento como estado-membro da ONU e um ataque permanente ao governo da Venezuela. A relação com Taiwan é uma herança da guerra fria quando o Kuomitang de Chiang Kai-shek, derrotado por Mao Tse-Tung mas refugiado nessa ilha, com o Partido Colorado de Stroessner lideravam a Liga Anticomunista Mundial, uma fachada para as ações internacionais ilegais da CIA no Terceiro Mundo.

Dedicado a reprimir camponeses e indígenas que lutam pela terra, no entanto, o governo Cartes teve iniciativas em pelo menos três áreas sociais: aumentou o Tekoporá, começou um programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo Estado e ampliou os programas de construção de casas populares. Mas nada que tivesse impacto importante sobre as estatísticas sociais do país.

Porém, a principal política social do empresário-presidente, de acordo com seus discursos, eram os empregos que seriam criados com os investimentos estrangeiros atraídos. Em sua busca por investimentos, ante uma plateia de empresários brasileiros os conclamou a que “usem e abusem” do Paraguai. Em outra, com uruguaios, se referiu ao país como a uma “moça bonita” que por isso é “fácil” de conquistar. Houve investimentos vários, vinculados, sobretudo, às *maquilas* (indústrias montadoras de pouco valor agregado) de produtos destinados ao mercado brasileiro, mas não em número e dimensões suficientes para ter impacto político ou social significativo. O setor econômico que continuou ativo, contratando mão de obra, é o da construção civil, muito impulsionado pela lavagem de dinheiro dos negócios ilícitos que ganharam volume. Já os dois setores mais dinâmicos sob sua gestão, o agronegócio ligado à soja e cereais e a produção de carne, praticamente não contratam trabalhadores e pagam pouco imposto. Sem recursos fiscais suficientes e sem deslanchar APPs, passou a endividar aceleradamente ao país, de forma a financiar obras públicas que possam representar uma marca visível. Como Duarte Frutos e Lugo tinham tido uma política de reduzir a exposição internacional do país, malgrado a política recente, os níveis de endividamento ainda não são críticos, mas o governo já se encontra na situação de tomar nova dívida para pagar juros que estão vencendo.

Sob seu mandato, o país viveu vários momentos de conflitos sociais importantes, com marchas de camponeses e outros setores sociais populares ocupando a capital. Uma

das novidades foram movimentos de estudantes secundaristas e universitários que, massivos, derrotaram uma ministra de Educação que teve que renunciar e derrubaram as autoridades da Universidade Nacional de Assunção (UNA), a mais antiga e que continuava sob total controle colorado. Mas as principais reivindicações estudantis, de maior investimento na educação pública e na transparência da universidade pública, continuam pendentes.

O governo também foi marcado pelo crescimento da atividade criminosa do EPP, com vários sequestros simultâneos e de longa duração (mais do que em qualquer outro governo anterior). Na sua gestão, cresceram as ações violentas das bandas de narcotráfico no país que se dividem seguindo as pautas do narcotráfico brasileiro, o que significa dizer que são extensões das organizações criminosas brasileiras. Essas ações chegaram até Assunção. Há denúncias de uma importante presença do dinheiro do narcotráfico e outras atividades ilegais por trás de campanhas de políticos dos dois principais partidos tradicionais e nos bolsos de magistrados do poder judicial. Aumentaram também as denúncias internacionais contra o contrabando de cigarros das marcas produzidas pelas empresas do presidente Cartes. Para alguns analistas, o país se aproxima perigosamente ao padrão dos casos centro-americanos e mexicano de uma sociedade dominada por um capitalismo criminoso com um estado falido. E em seu mandato, Cartes aumentou sua fortuna pessoal, o que ficou evidenciado pela compra de redes de hotéis e de empresas de comunicação de massas, entre outras operações.

A figura de Cartes se desgastou de forma contínua pela falta de resultados importantes de sua gestão. E na memória popular, Lugo recuperou força.

Com a aproximação das eleições, dois anos antes, em abril de 2018, começaram as movimentações nos principais partidos. Como os que foram eleitos presidentes não poderiam ser novamente candidatos “em nenhum caso”, de acordo com a Constituição, iniciou-se uma convergência tática pelo interesse de mudar a Constituição entre a direção do Partido Colorado, controlada por Cartes, e a Frente Guasú, com o discreto acompanhamento de Nicanor Duarte Frutos. Há uma divergência entre constitucionalistas se essa figura deve ser mudada por reforma (o que implica convocar e eleger um Assembleia Constituinte) ou por emenda (que pode ser aprovada pelo Congresso, e depois submetida a *referendum*).

A aliança tática em torno da proposta de mudar por emenda reuniu os cartistas do Partido Colorado, a Frente Guasú e um setor minoritário do PLRA (liderado pelo ex-presidente Blas Llano) que vinha negociando alternadamente com Cartes e Lugo. A tática da Frente Guasú se baseava no cálculo bastante realista de que com a habilitação aos ex-presidentes, a disputa em abril de 2018 seria Cartes versus Lugo, com vitória mais que provável do segundo. (Observemos de passagem que de forma estranha para a opinião pública, Lugo afirmava ser contrário à emenda). Esse bloco improvável em qualquer outro tema, tinha votos suficientes para aprovar essa emenda e em março de 2017 utilizou sua maioria para de forma irregular e sem

debate aprovar a emenda e passá-la para sua tramitação também *express* na Câmara de Deputados.

Mas o país se encontrava dividido. Dentro do Partido Colorado tinha surgido um setor importante que vinha enfrentando Cartes dentro das estruturas e votando no Congresso muitas vezes com a oposição. Era liderado por Mario Abdo Benitez, jovem senador, filho, descendente de Mario Abdo, secretário particular de Stroessner durante a ditadura; ele mesmo, quando morreu o ditador de velho no seu exílio em Brasília em 2006, pediu e obteve um minuto de silêncio em uma reunião da direção do seu partido. A maioria do PLRA e a esquerda reunida no “Avança País” estavam contra a emenda também. Não tinham votos suficientes para parar a emenda, mas apoiados por boa parte das mídias empresariais convocaram um protesto multitudinário em 31 de março. Reprimido violentamente pela polícia em um primeiro momento, logo depois, com a não explicada retirada dos policiais, derivou em atos de vandalismo que resultaram no incêndio do Senado da República. Mais tarde, quando os manifestantes encontravam-se dispersos pelo centro da cidade, a polícia nacional invadiu de forma violenta, sem ordem judicial nem flagrante, o local do PLRA e assassinou Rodrigo Quintana, um jovem dirigente desse partido.

As imagens chocaram o país e os atores de um e outro lado do conflito tentaram distribuir responsabilidades. A tramitação dos deputados ficou paralisada na mesa de entrada. Nesse meio tempo, o presidente Cartes recebeu mensagens do Papa Francisco e do governo dos EUA que

o levaram a anunciar, em 17 de abril, que não seria candidato, sinal para seus aliados abandonarem a emenda. A partir daí, passou a buscar um sucessor. Elegeria seu jovem ministro da Fazenda, Santiago Peña, que até recentemente tinha sido filiado ao PLRA, e tinha o perfil de tecnocrata formado em universidades dos EUA, e o impor a seu setor para enfrentar, na prévia de 17 de dezembro, o candidato dos colorados dissidentes, Mario Abdo.

No setor dos não colorados contrários à emenda faltava ainda definir quem deveria ser o candidato. Pelas pesquisas eleitorais, a personalidade política de maior apoio popular em nível nacional era o prefeito de Assunção, Mario Ferreiro. Para um setor do Avança País, o PMAS de Camilo Suarez, pela lógica eleitoral deveria encabeçar a chapa com um liberal de vice. Porém, vacilações no entorno do Ferreiro e o fortalecimento do protagonismo de Efraim Alegre no embate contra a emenda, fez com que se curvassem à proposta de que seja um liberal que encabece a chapa.

Baixada a poeira das disputas no Congresso, a FG buscou aproximação com a direção do PLRA e propôs apoiar o candidato liberal. Indicou Leo Rubin, um conhecido radialista progressista e militante ecologista como seu vice. Efraim Alegre obviamente estava interessado em contar com o apoio, não somente do Ferreiro, mas também do Lugo, sem os quais não poderia sonhar sequer em ser eleito.

Em 17 de dezembro de 2017 todos os partidos e coalizões fizeram prévias simultâneas para definir seus candidatos. A mais esperada foi a do Partido Colorado, onde enfrentaram-se cartistas e dissidentes. Venceram estes, blo-

queando a tomada do partido pelo esquema empresarial-político montado pelo presidente da República.

Em abril de 2018 houve na disputa presidencial duas candidaturas, pelo lado colorado Mario Abdo Benitez (ou “Marito”, para diferenciá-lo do seu pai de igual nome) e pelos liberais Efraim Alegre. Ambos têm perfil programático neoliberal, mas com doses suficientes de pragmatismo para moderar sua aplicação. O primeiro, porque o questionamento principal a Cartes na base colorada foi justamente que governou só com seus “técnicos” e deixou de lado os dirigentes colorados de base, acostumados ao clientelismo e as prebendas. O segundo, porque pretendia ganhar e governar com setores progressistas que se formaram desde os anos 1990 na luta contra as privatizações e o avanço do agronegócio.

Mas, um ambiente de “normalidade” se respirou, então, com ambos os candidatos de perfil programático similar. Finalmente, a disputa seria por uma alternância *no* projeto, o que nos corredores da academia em Washington se chama uma democracia de boa qualidade.

Resultados eleitorais de 22 de abril de 2018

Houve uma relativamente baixa participação de eleitores. Votaram 62% do padrão, contra 68% em 2013. No Paraguai votar é obrigação legal, mas as punições são leves. Houve também uma quantidade expressiva de votos brancos e nulos, repetindo a anterior eleição (133 mil agora, 130 mil, então), que nesta ocasião tem um peso porque a diferença entre o primeiro e o segundo foi menor que esse número. A queda na participação provavelmente respondeu ao desencanto provocado pelos conflitos violentos em torno da reeleição e posterior unidade em torno dos dois principais candidatos, muito mal explicada entre setores que tinham se enfrentado meses antes. Isso também deve explicar a muito baixa participação de jovens (calcula-se que somente 20% foram votar).

O candidato colorado Mario Abdo ganhou do liberal Efraim Alegre por 3,7% dos votos (46,44% x 42,74%), a menor diferença entre o primeiro e o segundo desde a

redemocratização. Em 2013, a diferença que Cartes teve em relação a Efraim foi de 8,91% (45,83% x 36,92%), em 2008 Lugo superou a candidata colorada por 10,27% (40,9% x 30,6%). Como no Paraguai a eleição dá-se um só turno, ganha-se por maioria simples, esse é um indicador importante.

O Partido Colorado conquistou 13 dos 17 governos departamentais. A vitória mais impactante foi na Central, departamento com maior número de eleitores, e que desde a redemocratização vinha sendo governada pelos liberais. Os liberais sós ou em aliança conquistaram quatro departamentos.

No momento de finalizar este texto, os colorados contavam com 17 senadores eleitos, dois a menos que em 2013. Os liberais tinham 13. E a Frente Guasú aumentou um, passando a seis. O “Avança País” perdeu seus dois senadores. As demais vagas são ocupadas por pequenos partidos e coalizões de centro e direita. A Câmara de Deputados, onde em 2013 tinham sido eleitos três de esquerda (dois do “Avança País” e um da FG), agora ficou sem nenhum eleito pelos setores progressistas.

Como em 2008 e em 2013, agora a existência de muitas chapas proporcionais para o parlamento faz com que os votos das forças minoritárias se “percam” e beneficiem os dois mais votados, colorados e liberais. Além disso, o sistema eleitoral paraguaio está subordinado ao controle desses dois partidos, e como ficou comprovado nesta eleição, sempre que podem, seus representantes fraudam atas e distribuem os votos das chapas minoritárias para os cargos proporcionais dos dois partidos tradicionais.

Seja pelo voto ou pela fraude, em 2018 o resultado foi uma sobrevida ao bipartidismo. O que não significa que a vida interior de ambos partidos tradicionais tenha se pacificado. Não está claro como será a coexistência entre o novo presidente da República e o ex-presidente, quando um esteja “com a caneta na mão” e o outro, como Senador no Congresso, com ampla influência sobre senadores, deputados e governadores. Efraim Alegre foi por duas vezes, em 2013 e em 2018, bem votado, mas em ambas conduziu ao partido à derrota. Nas bancadas eleitas para o parlamento estão entocados muitos dos seus acérrimos opositores internos. É difícil prever estabilidade e tranquilidade, o mais provável sejam novas disputas entre facções em ambos partidos.

O presidente eleito planeja, em seu programa de governo, convocar uma Assembleia Constituinte em 2019 para reformar o sistema político. Trata-se de um tema com muitos questionamentos e pouco acúmulo programático dos setores progressistas. Entre os temas que se anunciam, estão: habilitar a possibilidade da reeleição e a eleição em dois turnos (em ambos os temas não está claro ainda quais seriam as regras desses dispositivos). Uma Constituinte abrirá obviamente um terreno inédito para disputas. Está para se ver o que mais será colocado em pauta.

As esquerdas sofreram novas divisões antes das eleições. A FG teve dissidências por conta de sua campanha pela emenda e depois pela sua aliança com o PLRA, que lançaram chapas alternativas (mas não tiveram êxitos eleitorais). O “Avança País” se dividiu e ambos setores resultantes perderam sua representação parlamentar (o que

inclui os candidatos apoiados pelo prefeito Ferreiro). O Congresso Democrático do Povo, que agrupa a Federação Nacional Camponesa e o Partido Comunista Paraguuaio, além de outros movimentos sociais e políticos se posicionou contra a participação eleitoral (seu slogan foi “Elegermos Poder Popular”). Um setor do feminismo socialista se organiza desde 2012 no partido Kuña Pyranda (“Plataforma de Mulheres”), mas ainda sem alcançar representação parlamentar. Com esse quadro, no âmbito político institucional, Fernando Lugo continua sendo a principal figura do progressismo – com Mario Ferreiro em posição agora bastante secundarizada – e a Frente Guasú como a principal coalizão de partidos progressistas e de esquerda.

Mas a história paraguaia não se detém nos tortuosos caminhos percorridos pela política paraguaia até aqui. Os jovens secundaristas e universitários mostraram grande potencial de luta social que ainda não teve expressão política geral. Os camponeses continuam mobilizados por suas reivindicações de terra e política agrícola. O movimento popular urbano, de moradias precárias e de sem teto, mantém lutas importantes. Tem havido grandes mobilizações de mulheres no 8 de março que ainda não ganharam expressão no voto. Há uma efervescência cultural muito importante, inclusive na produção cinematográfica. Tem surgido novos intelectuais jovens que questionam o *status quo* e têm audiência em redes sociais e círculos acadêmicos. Tudo com signos progressistas. Mas ainda sem encontrar a expressão política que os espelhe a contento no cenário político geral. Porém, as amplas alamedas estão aí abertas...

ANEXO I

A renegociação de 2008-2009. O Acordo Lugo-Lula de 25 de julho de 2009 e a nova relação bilateral Paraguai-Brasil³

POR GUSTAVO CODAS

APRESENTAÇÃO

Em 25 de julho de 2009, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e do Paraguai, Fernando Lugo, assinaram uma “Declaração” que tem o título “Construindo uma nova etapa no relacionamento bilateral”.

Embora o núcleo do documento seja o ponto que lida com a empresa binacional de Itaipu e outros itens da agenda energética bilateral, ele não se limita a isso, cobrindo também um conjunto de temas e visa estabelecer uma nova dinâmica no relacionamento bilateral.

3. Este texto é a versão traduzida do documento publicado no livro **IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos. Textos Acadêmicos** Brasília: FUNAG, 2011, (p. 95 e seguintes) disponível em http://funag.gov.br/loja/download/894-IX_Curso_para_Diplomatas.pdf. No livro está a íntegra do texto do acordo Lugo-Lula aqui estudado. A tradução é de Iuri Faria Codas.

Aqui vamos abordar especificamente os pontos referentes à Itaipu e indicar, no final, como eles estão vinculados aos outros itens da agenda.

UMA CRONOLOGIA NECESSÁRIA

A reunião dos dois presidentes de 25 de julho de 2009 teve como antecedentes os seguintes eventos, nos quais destacamos:

Em 2 de abril de 2008, o candidato Fernando Lugo visitou Brasília, onde se reuniu com a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) e com o presidente Lula. Na ocasião o PT formalizou o seu apoio à candidatura presidencial de Lugo. E na audiência com Lula, este teria dito – de acordo com o relato feito à imprensa no mesmo dia pelo seu assessor internacional Marco Aurélio Garcia – que “com o Paraguai não há agenda tabu”, referindo-se ao fato de que o candidato Lugo apresentou as demandas em relação à Itaipu.

Lugo eleito, e antes de sua posse, no início de agosto o presidente Lula enviou à Assunção Marco Aurelio Garcia e o embaixador Enio Cordeiro (do Itamaraty) para receber oficialmente a agenda paraguaia dos seis pontos sobre Itaipu:

1. “Livre disponibilidade” da energia paraguaia de Itaipu, ou seja, “soberania energética”;
2. “Preço justo” da energia paraguaia adquirida pelo Brasil;
3. Revisão da dívida de Itaipu e supressão de sua parte “espúria”;

4. Transparência e controle público das contas de Itaipu;
5. Cogestão paritária plena nas direções de Itaipu;
6. Realização das obras pendentes.

Tendo assumido o novo presidente, no dia 17 de setembro visitou Lula em Brasília para formalizar o pedido de negociação. Na ocasião, o governo brasileiro concordou em negociar os seis pontos. Deve-se destacar que a decisão foi tomada depois de alguma discussão, já que houve resistência por parte de alguns negociadores brasileiros a aceitar que a questão da “livre disponibilidade” estivesse na agenda. Quem abriu o caminho para a compreensão, na oportunidade, foi o presidente Lula, que disse que, se uma das partes propusesse um tópico para discussão e negociação, era óbvio que deveria ser tratado.

No final desse mês (29) se realizou a primeira das três rodadas de negociações técnico-políticas que ocorreram até meados de dezembro. Foi lá que se avançou nos três pontos (4, 5 e 6) que foram considerados menos controversos.

Em 26 de janeiro de 2009, em Brasília, foi feita a primeira tentativa para se aproximar de um acordo estabelecendo uma mesa de nível ministerial (três ministros de cada lado, liderados pelos respectivos chanceleres). No entanto, o resultado foi que o Paraguai rejeitou a “primeira proposta” (ou resposta) preparada pelo Brasil.

Em 30 de janeiro, em Belém, Pará, Brasil, os dois presidentes se encontram em uma reunião informal, onde Lula identifica que o problema para continuar avançando é que havia uma dimensão “política” que deve ser abordada.

Na ocasião, ele pede a sua ministra Dilma Rousseff que, com uma equipe separada, estabeleça um balanço do que já foi negociado e as possibilidades.

No dia 7 de maio, ocorre um novo encontro entre os dois presidentes em Brasília. Eles decidem assumir a negociação diretamente, entre eles. Ali estabelecem um canal direto entre os presidentes e a mesa de negociação (liderada pelas duas chancelarias) já não está mais obrigada a chegar em conclusões, apenas “levantam” relatórios contendo os acordos que foram alcançados e quais são as divergências, identificando as posições de cada grupo de negociação.

Em 25 de julho, em Assunção, os presidentes recebem o relatório final, decidem sobre as divergências remanescentes e assinam a Declaração, onde lidam com todos os pontos reivindicados pelo Paraguai – embora com mudanças sensíveis nas abordagens que cada país tinha no início das tratativas.

Vejamos a seguir como aparecem na Declaração (Anexo I) os seis pontos reivindicados pelo Paraguai. Em cada caso iremos identificar primeiramente a visão paraguaia apresentada no início das negociações, de forma a poder avaliar, do ponto de vista desse país, os resultados obtidos.

“LIVRE DISPONIBILIDADE”, “SOBERANIA ENERGÉTICA”

Ponto de partida

Pela forma como vinha sendo interpretado o Tratado de Itaipu (1973) toda energia paraguaia de Itaipu (50% do

total gerado pela hidrelétrica) que o Paraguai não utilizasse para seu próprio consumo, deveria ser “cedida”⁴ ao Brasil.

O Paraguai reclamava que o Tratado incorporou ao seu preâmbulo a Ata de Foz do Iguazu (1966⁵) onde se afirma que o Brasil terá “preferência” para adquirir essa energia a “preço justo” e não que seria uma cessão “compulsória” de um país a outro”. Isso é, o Brasil acessaria essa energia se cobrisse a oferta de outros compradores.

Por conseguinte, haveria duas interpretações possíveis do mesmo texto do Tratado, seja considerando a referência do seu preâmbulo (posição paraguaia) ou não (posição brasileira e a que havia sido praticada ao longo do tempo).

Esse ponto é denominado também de “soberania energética” já que dele implica o Paraguai poder decidir sobre o uso de sua parte da energia – que segundo a interpretação então vigente só podia ser para “uso próprio” ou “cessão” ao Brasil.

Em sua última formulação, apresentada ao Brasil no final de setembro de 2008, o governo paraguaio propôs que o tema fosse tratado no marco da integração regional energética ou elétrica. Em dezembro de 2008 ainda avançou a possibilidade que reconhecido o princípio (da “livre disponibilidade”) se pudesse definir um processo “gradual” de sua aplicação até 2023 (quando se tornaria plena).

4. “Cedida” e não “vendida”, já que, como se verá, Itaipu de acordo com o Tratado, opera fora de critérios do mercado cobrando pela energia que entrega seu custo (financeiro + operacional), independentemente do preço de mercado.

5. A Ata de Foz do Iguazu foi o primeiro documento assinado pelos governos dos dois países, em 1966, onde se definiram em linhas gerais os parâmetros com que se faria o aproveitamento das águas compartilhadas do rio Paraná.

O acordo de 25 de julho

A “Declaração” avança ou aponta avanços em vários aspectos relativos a esse tema

a) Integração regional

O ponto 4 da “Declaração”, colocado antes dos demais itens referidos a Itaipu, afirma o “compromisso com a integração energética regional”, fundada na autodeterminação, isso é, na soberania nacional de cada país sobre seus recursos. Depois o tema volta também nos acordos práticos assinados entre as duas empresas elétricas nacionais (ANDE e Eletrobrás), como no item 9.

Sublinhemos dois aspectos relevantes sobre o tema. Primeiro, a declaração está em âmbito “bilateral” e os negociadores brasileiros insistiam de antemão que Itaipu deveria ser tratada – pela força do Tratado – exclusivamente nesse nível. Aqui houve um deslizamento significativo na posição brasileira, ao vincular Itaipu com a integração regional e, em consequência, colocá-la em uma perspectiva multilateral.

Segundo, ao colocar o tema da integração evidentemente se evidencia que cada país entra nesse processo com “sua energia”, isto é, tal marco só tem sentido se há “livre disponibilidade”. O Paraguai como único país da região com excedentes elétricos expressivos e de longo prazo evidentemente se beneficiará desse novo marco (integração + livre disponibilidade), porém com o aumento da eficiência e da segurança que a interconexão permitiria todos os países da região também terão benefícios – o Brasil inclusive.

b) Venda ao Brasil, primeiro passo da “livre disponibilidade”

Nesse ponto (item 6) o Brasil concordou com significativas inovações em relação ao que vinha sendo a posição negociadora oficial desse país. Em primeiro lugar, se trata de aceitar a “primeira fase” da proposta de “livre disponibilidade” paraguaia. Em segundo lugar, Brasil aceita que – antes de 2023 – parte da energia paraguaia excedente se venda (não mais se “ceda”), ainda que somente dentro do mercado brasileiro. Terceiro, ambas partes concordam que essa parte da energia (paraguaia) de Itaipu seja vendida a “preço de mercado” (ou “preço justo” na fórmula paraguaia) no mercado brasileiro.

c) *“livre disponibilidade” no sentido estrito*

Mas também o tema foi abordado no ponto (item 6) onde o presidente Lugo propõe novas bases de funcionamento e o presidente Lula aceita discuti-lo ainda que como tema para 2023 (quando o Tratado indica que com o pagamento integral da dívida se terá que rediscutir a forma de contratação da energia de Itaipu) e dentro da perspectiva da integração regional.

“Preço justo”

Ponto de partida

O Tratado estabelece que em Itaipu, até 2023 quando se espera que estará 100% paga a dívida contraída para sua construção, os juros e refinanciamentos realizados, a “tarifa=custo” ou melhor, a tarifa se define *pelo passivo* da binacional. Esta foi a maneira pensada pelos formuladores do Tratado para que a obra na qual nenhum dos sócios colocaria recursos financeiros próprios e tudo viria de fi-

nanciamento externo, fora paga em um prazo máximo de 50 anos.

No entanto, quando se discutiu como se faria para que o Paraguai cedesse sua parte da energia os negociadores definiram um “benefício” denominado “compensação por cessão de energia”, um *plus* que o Paraguai recebe do Brasil, por sobre o custo, por ceder sua energia (tarifa da energia paraguaia cedida ao Brasil = custo + compensação pela cessão de energia).

Porém, o Paraguai considera que – cumprindo o estabelecido pela Ata de Foz que está inscrita no Preâmbulo do Tratado – o “preço justo = preço de mercado”, no Brasil e na região do Cone Sul.

Ou seja, novamente aqui, desde o ponto de vista jurídico, a divergência de interpretação se apresenta entre a fôruma da Ata (1966) e do Tratado (1973).

O acordo de 25 de julho

A “Declaração” trata do tema de duas formas. Por um lado, no item 5 decide aumentar a compensação pela cessão de energia, multiplicando-a por três (se considerados os montantes anuais, se passariam dos então 100 a 120 milhões de dólares/ano a 330 a 360 milhões). Dessa forma, para o Paraguai⁶ a tarifa de Itaipu para a energia cedida por esse país, se aproxima do preço de mercado no Brasil. As Notas Reversas assinadas nesse sentido em setembro de 2009 foram finalmente aprovadas pelo Con-

6. Nos estudos prévios, Paraguai defendia um aumento entre 6 e 8 vezes.

gresso brasileiro em maio de 2011 e estão vigentes desde o dia 14 desse mês.

Por outro lado, quando a “Declaração” abre as condições para que a energia excedente paraguaia seja “vendida” diretamente para o mercado brasileiro (através da empresa pública paraguaia ANDE), “resolve” o problema já que se supõe que o fará a “preços de mercado” brasileiro⁷.

De qualquer maneira, o definido no item 5, fica como um “piso” de remuneração ao qual o Paraguai pode recorrer caso a venda direta ao mercado brasileiro se mostre menos conveniente financeiramente falando.

REVISÃO DA DÍVIDA DE ITAIPU E SUPRESSÃO DE SUA PARTE “ESPÚRIA”

Ponto de partida

Itaipu foi construída sem que o Brasil e o Paraguai pusessem um centavo. Foi toda financiada a base do endividamento externo em um circuito no qual o Brasil contraía a dívida no mercado financeiro mundial e repassava para Itaipu. Itaipu é devedor do Tesouro brasileiro e da Eletrobrás.

Iniciada em 1973, e com obras terminadas por completo no começo dos anos 1990, a binacional passou por diversas fases críticas do endividamento latino-americano (a crise iniciada com a moratória mexicana de 1982 e que chegou em seguida ao Brasil, a cessação de pagamentos

7. “preços de mercado” no sentido estrito ou são “preços políticos” fixados. Este é um tema para a atual fase de negociação da aplicação do acordado em 25 de Julho.

de sua dívida externa pelo Brasil em 1987, a renegociação e o Plano Brady até início da década seguinte) e todo o ciclo de hiperinflações e planos econômicos sucessivos (sete ao todo entre 1985 e 1994) com fortes implicações para as tarifas públicas (a de energia elétrica), das finanças públicas brasileiras etc.

Paraguai questiona que Itaipu começou como uma obra calculada para custar 2 bilhões de dólares em 1973, avançara rapidamente para um custo de 7 bilhões até o final desse decênio, contraíra um total de 17 bilhões de dólares em dívida, já amortizara um valor maior que esse até o presente, já havia pago 30 bilhões de dólares (entre capital e juros) e ainda deve outro tanto até 2023, de forma que até lá se terá pago uma conta de 60 bilhões de dólares!

Paraguai denuncia que partes importantes da dívida se deviam a gestões estranhas ao Tratado e derivam de decisões financeiras duvidosas. Fala que uma parte da dívida seria “espúria” e não deveria ser paga⁸. Reivindica uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da República (CGR) do Paraguai e o Tribunal de Contas da União (TCU) do Brasil.

O acordo de 25 de julho

Já na rodada de negociações em Dezembro de 2008, o Brasil havia aceitado que a Controladoria Geral da Re-

8. Essa dívida espúria se originou, na análise paraguaia, porque entre 1985 e 1990 não se aplicou a regra de tarifa = custo, devido às empresas elétricas brasileiras argumentarem que estava muito elevada para os níveis vigentes no Brasil. A diferença entre custo real e a tarifa cobrada foi acumulada e transformada em nova dívida da binacional que em 1996 alcançava mais de 4 bilhões de dólares.

pública (CGR) do Paraguai auditasse a dívida binacional de Itaipu.

Na “Declaração” se dá um passo adiante, diplomaticamente falando, quando se estabelece que suas conclusões serão transmitidas à parte brasileira. *Traduzindo*: seus resultados serão discutidos pelos dois presidentes. Fica pendente aqui o que a CGR alcança na auditoria que está em curso.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE PÚBLICO DAS CONTAS DE ITAIPU

Ponto de partida

Itaipu *não é nem Brasil nem Paraguai*, é um terceiro sujeito jurídico, “binacional”, fora do alcance dos órgãos de controle que existem em cada um desses países sobre seus respectivos Estados (CGR no Paraguai, TCU no Brasil). Assim, Itaipu Binacional se submete apenas a controles que a própria empresa contrata no mercado (empresas de auditoria). Paraguai reivindica que esse situação seja superada e que a binacional possa ser objeto de auditorias binacionais, articuladas, conjuntas, entre ambos os órgãos.

O Brasil argumenta que a Constituição Federal desse país inibe a intervenção direta do TCU em Itaipu Binacional. No Paraguai não há restrição legal para a CGR, além daquelas que regem Itaipu Binacional.

O acordo de 25 de julho

Como se disse anteriormente, em dezembro de 2008

a parte brasileira aceitou que a CGR auditasse a dívida binacional. Se tratou de um avanço, ainda que incompleto já que a única maneira de ter plena transparência e controle sobre a binacional é se ambos órgãos públicos auditem simultaneamente e articuladamente a empresa. A razão é que sendo uma empresa *binacional* frequentemente no processo de auditoria realizado apenas por um lado, se contorna ou invade a soberania de outro país.

A experiência da CGR está em curso e em breve terá mais elementos para analisar criticamente a experiência.

COGESTÃO PARITÁRIA PLENA NAS DIREÇÕES DE ITAIPU

Ponto de partida

A princípio, em Itaipu tudo está dividido ao meio. No entanto, os dois principais cargos executivos, a Direção Financeira Executiva (que cuida da dívida) e a Direção Técnica Executiva (que cuida da produção de eletricidade) estavam há 35 anos nas mãos de funcionários brasileiros, cabendo a técnicos paraguaios uma função de “adjuntos” (ainda que a designação dos cargos seja apenas de “Direção Financeira” e “Direção Técnica”).

Paraguai reivindicava que ou se superasse esse marco instituindo uma cogestão plena, ou que houvesse rotação entre os dois países nesses cargos.

O acordo de 25 de julho

A “Declaração” contém uma Resolução do Conselho de Administração da Binacional que dias antes definiu

um novo funcionamento baseado na igualdade de direitos e obrigações dos Diretores Executivos e os Diretores, para cada área (item 14). Por essa via se estaria implementando uma cogestão paritária plena de funcionários dos dois países.

REALIZAÇÃO DAS OBRAS PENDENTES

Ponto de partida

Uma subestação de seccionamento da margem direita (Paraguai) necessária para que o Paraguai possa “tomar” mais energia do que atualmente tem acesso, ainda que esteja no Tratado e deva ser financiada com fundos da Binacional, nunca foi iniciada. É a obra principal reivindicada pelo Paraguai para sanar a falta crônica de energia que sofre hoje.

Também foi posta sobre a mesa a discussão das obras necessárias para tornar o rio navegável, transpondo a represa; Aqui o compromisso é fazer os estudos de factibilidade para decidir sobre se devem ou não serem realizadas.

O acordo de 25 de julho

Nos itens 10, 11 e 12 a “Declaração” aborda o tema dessas obras e determina a construção da subestação de seccionamento, a realização de estudos para a navegabilidade e a construção de um mirante turístico. Agrega – o que não estava na pauta anterior – a construção de uma nova linha de transmissão até Villa Hayes (próximo de Assunção) que possibilite ao Paraguai utilizar mais energia de Itaipu, sem custo para o país.

UMA “NOVA ETAPA NA RELAÇÃO BILATERAL”

Como foi dito acima, o acordo de 25 de julho avançou sobre um conjunto de temas que anteriormente eram considerados “tabus” na relação bilateral relativos a Itaipu.

Foi a concretização de uma “profecia” lançada por um jornalista brasileiro – Fernando Moraes – que em 1973 foi enviado pelo diário paulista *Jornal da Tarde* para cobrir a assinatura dos acordos de Itaipu e escreveu que “*quando o Brasil e Paraguai tiverem governos democráticos, dois problemas irão aparecer: o caráter leonino do Tratado de Itaipu e a questão dos chamados brasiguaios, os proprietários de terra brasileiros que vivem em território paraguaio*”.

O Tratado de Itaipu de 1973 foi a expressão de um duplo movimento: por um lado, um projeto expansionista do “Brasil potência do século XXI” elaborado e implementado por militares nacionalistas mas anticomunistas⁹, e por outro, um giro da ditadura militar paraguaia em direção a órbita geopolítica-diplomática de Brasília, deixando para trás a relação prioritária com Buenos Aires que foi típica da primeira metade do século XX. Na confluência desses dois movimentos se imprimiu uma profunda assimetria na relação entre os dois países que favoreceu o Brasil e também as elites governantes do Paraguai¹⁰: foi esse

9. Os militares brasileiros governaram de 1964 a 1985. Por essa combinação de nacionalismo e anticomunismo mantiveram uma relação zigue-zague com os governos norte-americanos. Por um lado participaram da invasão à República Dominicana em 1965, por outro, nos anos 1970, se adiantaram a reconhecer governos africanos surgidos de revoluções nas antigas colônias portuguesas e iniciaram um programa nuclear próprio apesar da oposição dos EUA.

10. Sob a ditadura estronista (1954-1989) surgiu e se consolidou uma nova classe domi-

“pacto” implícito entre os setores econômicos dominantes no Paraguai e do Brasil que inibia a discussão e superação daquelas assimetrias.

De fato, os acordos de 25 julho incluem, nessa perspectiva:

a) Toda uma revisão de práticas na relação bilateral sobre Itaipu, tal como antes revisado.

b) Uma série de iniciativas buscando “compensar” assimetrias, como a construção (sem custo para o país) da nova linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes (próximo de Assunção) para que o Paraguai possa utilizar mais energia de Itaipu e supere os problemas de fornecimento de eletricidade da população e de setores produtivos.

c) A perspectiva de “reconversão” da economia de fronteira – herdada das deformações impostas por aquela relação bilateral assimétrica – com a legalização do comércio de fronteira (através do Regime Tributário Unificado, RTU) e a criação de fundos para a transformação produtiva e de serviços das atuais atividades de “triangulação”¹¹.

d) Uma série de iniciativas visando resolver problemas de infraestrutura e logística do Paraguai (transporte, estradas e pontes)

nantes, vinculada aos negócios ilícitos promovidos pelo governo – corrupção e negociatas em Itaipu, contrabando, contratos fraudulentos de obras públicas, tráfico de armas e drogas etc. Os governos que seguiram a ditadura já na fase democrática (1989-...) continuaram influenciados por esse setores. O governo Lugo significou a primeira ruptura em nível político dessa hegemonia.

11. Cidade do Leste vive hoje da “triangulação” (importação de produtos eletrônicos e outros para sua re-exportação ao Brasil através do pequeno importador). Como ao mesmo tempo se criou conhecimento tecnológico para o apoio a esse comércio, se busca transformá-la em pólo de produção e serviços e superar gradualmente a “triangulação” de produtos estrangeiros.

Mas o acordo também atende aos interesses brasileiros há tempo reivindicados, tais como¹²:

e) O depósito do Acordo de Residência para migrantes do Mercosul (o que foi feito pela Chancelaria paraguaia na semana seguinte à Declaração) de forma a facilitar a legalização dos brasileiros residentes no Paraguai.

f) O Paraguai, pela primeira vez, se comprometeu a “contratar potência” a médio prazo em Itaipu, o que aumenta a segurança energética do Brasil, ao ter segurança de quanta energia da usina vai poder contar para seu consumo em períodos mais longos (do que permite a atual contratação anual).

Porém o Acordo aponta a uma perspectiva – defendida pelo atual governo paraguaio – de uma estratégia “ganhamos todos” com:

g) A integração energética regional permitirá a todos os países economizar energia e evitar desperdícios em um sistema interconectado em todo o Cone Sul.

O acordo de 25 de julho foi o primeiro passo em direção a uma nova relação bilateral. Se deu no mais alto nível – o de chefes de Estado – mas ainda deve ser verificado na prática e uma série de decisões que dependem dos Congressos nacionais.

12. Observemos que a legalização da Cidade do Leste e sua gradual reconversão é tanto do interesse do Paraguai como do Brasil

Guerrilheiros ou terroristas: A história de como nasceu o EPP

POR ANDRÉS COLMÁN GUTIÉRREZ

No ano de 1992, decidiu-se criar uma organização guerrilheira como braço armado clandestino do Partido Patria Libre. Sua primeira ação foi a tentativa de assalto a um banco em 1997. O nome EPP foi adotado em 2008. São atribuídos à organização quatro sequestros, 28 assassinatos e uma vintena de ataques com destruição de propriedade estatal e privada. O governo atual os considera como “criminosos terroristas”.

“O BNF de Choré se salvou de uma corja de tatus”, era o título de uma notícia publicada na página 86 do jornal *Última Hora*, em sua edição de terça-feira do dia 16 de dezembro de 1997, enviada pelo então correspondente em San Pedro, Cristino Peralta, vinda da cidade de Choré, a 230 quilômetros ao norte de Assunção.

A informação passava quase despercebida entre as muitas notícias e narrava que agentes da Polícia haviam conseguido “desarticular uma quadrilha de assaltantes,

que tinham como objetivo um roubo dentro da agência do Banco Nacional de Fomento de Choré”.

Haviam alugado uma casa em frente ao banco, por um milhão de guaranis. “De dentro de um dos cômodos, começaram a cavar um túnel que já estava chegando até a muralha que rodeia o edifício bancário”, dizia a reportagem.

Prenderam uma mulher, Carmen María Villalba Ayala, de 26 anos, além de Alcides Omar Oviedo Brítez, Gustavo Lezcano, Lucio Silva e Pedro Maciel Cardozo. Antes disso haviam capturado, nos arredores do povoado, Gilberto Chamil Setrini, quando transportava, em um carro, sacos com terra extraída do túnel.

“Na casa, foi encontrado um arsenal. Contaram-se duas pistolas 9 milímetros, com 24 cartuchos; uma espingarda Winchester calibre 12, com 50 cartuchos, além de perucas, extratores de ar, luminárias a bateria”, acrescentava a notícia, junto com o dado de que nesse final de semana o Banco receberia 700 milhões de guaranis para pagamentos a aposentados, ex-combatentes e professores.

Posteriormente, foi possível constatar que o túnel cavado já tinha 60 metros de comprimento, 1,75 de diâmetro, com canos ligados a um extrator de ar e refletores. “Uma verdadeira obra de engenharia, algo que até agora jamais tínhamos visto”, definiu o delegado de Choré, Álvaro Ramírez.

Nem o correspondente nem os policiais sabiam que as pessoas presas não constituíam uma quadrilha de assaltantes comuns, mas sim uma pretensa organização guerrilheira clandestina que começara a se formar cinco anos

antes, em uma reunião secreta em Assunção, e que buscavam com aquele frustrado primeiro golpe arrecadar fundos “para financiar a luta armada”.

Menos ainda podiam imaginar que daquele grupo inicial surgiria o bando armado mais esquivo e mortífero do país, que a partir de 2008 se faria chamar de Exército do Povo Paraguaio (EPP), e que manteria em cheque as forças de segurança durante ao menos quatro governos sucessivos, até a atualidade, em meio a uma cíclica discussão midiática acerca de sua verdadeira identidade, seus fins e objetivos, enquanto deixava um rastro de sangue e pólvora.

ORIGENS – “O EPP é um desprendimento do Patria Libre. Nós nos iniciamos ali e formamos o braço armado. Sempre fomos do Patria Libre, por mais que tenhamos sido negados publicamente pelos dirigentes do partido”, admitiu uma das fundadoras e principal dirigente do grupo armado, Carmen Villalba, em entrevista que concedeu a Mina Feliciángeli, diretora da Rádio 1000, em janeiro de 2012.

Foi a primeira vez (e até o momento a única) em que Villalba, presa na Penitenciária de Mulheres Buen Pastor, condenada a 18 anos de prisão pelo sequestro de María Edith de Debernardi – ocorrido em 2001 –, aceitou dar detalhes sobre as origens do grupo armado. Para conseguir a entrevista, Feliciángeli teve que travar uma longa batalha judicial, até obter a autorização de um juiz.

A versão dada por Carmen coincide com os depoimentos que o jornal *Última Hora* recolheu de outros fun-

dadores, entre eles Maciel Cardozo, que participara da tentativa de roubo ao Banco de Choré e, ao sair da prisão, separou-se do grupo.

Maciel Cardozo, Alcides Oviedo e Gilberto Setrini haviam ingressado no Seminário da Congregação do Verbo Divino, sendo ainda adolescentes, provenientes de famílias camponesas, em meados dos anos 1980. “Em Encarnación, nós três formávamos um grupo muito inquieto. Íamos pregar a Bíblia, porém víamos a grande pobreza que existia, e isso nos comovia”, relatou Maciel.

Em 1990, os três (Oviedo, Setrini e Maciel) foram transferidos para o Seminário Maior de Assunção, para cursar teologia e passar pela etapa final antes de se tornarem sacerdotes, mas em 1992 foram expulsos, junto com outros colegas, por participarem de atividades políticas.

“Falavam em reivindicar os valores do marxismo. Já não estavam em uma atitude de fé. Eles se politizaram através do contato com Juan Arrom e outros companheiros deste, que militavam na esquerda e frequentavam o seminário”, disse o então bispo auxiliar de Assunção, monsenhor Jorge Livieres Banks.

Juan Arrom era um conhecido jovem dirigente universitário, com uma trajetória de luta contra a ditadura de Stroessner, que liderava a corrente Patria Libre, movimento político de esquerda que logo se transformaria em partido.

Alcides Oviedo conheceu Arrom no seminário e somou-se às reuniões políticas, onde também conheceu quem seria sua companheira e depois esposa: Carmen Villalba.

Carmen vinha de uma família numerosa, vinculada à ala progressista da Igreja Católica na Diocese de Concepción, do bispo Aníbal Maricevich, onde ela começou a participar aos 16 anos. “Minha passagem pela Igreja Católica não me marcou tanto quanto a formação no materialismo científico, já aqui em Assunção, para onde vim estudar e trabalhar”, relatou Carmen.

Naquelas reuniões estabeleceu-se que o Patria Libre seria um partido revolucionário com existência legal e participação plena no sistema eleitoral, mas com um braço armado clandestino. “O Patria Libre sempre se propôs a conformação de uma guerrilha”, sustenta Carmen.

O Ministério Público tem registros de que Alcides Oviedo e Carmen Villalba realizaram viagens em forma incógnita para o Chile, em 1995 e 1996, supostamente para fazer contato com combatentes da Frente Patriótica Manuel Rodríguez, com quem teriam realizado seu primeiro treinamento em técnicas de guerrilha urbana e rural, incluindo sequestros de pessoas, construção de esconderijos, ataques a postos policiais, manejo de armas e explosivos.

Para arrecadar fundos, planejaram o roubo à agência do Banco Nacional de Fomento, em Choré, em 1997, mas a operação foi descoberta pela Polícia e seis membros terminaram presos durante dois anos, entre eles Alcides Oviedo e Carmen Villalba, os principais líderes.

SEQUESTROS – Após saírem da prisão, os membros do grupo executaram seu primeiro golpe bem-sucedido: o sequestro de María Edith Bordón, esposa do engenheiro

Antonio Debernardi, filho de um dos homens mais ricos e poderosos durante a ditadura de Stroessner e no posterior período de transição.

Maria Edith foi sequestrada no dia 16 de novembro de 2001, no Parque Ñu Guasu, de Assunção, onde fora com uma amiga fazer ginástica. Mantiveram-na em cativeiro no porão de uma casa do bairro Palomar e a libertaram em 19 de janeiro de 2002, mediante pagamento de resgate de um milhão de dólares, segundo a versão oficial.

Esse foi considerado o início da chamada “indústria do sequestro” no Paraguai, já que foi seguido de vários outros. O de María Edith passou de caso policial a escândalo político, quando a Polícia e o Ministério Público revelaram que entre seus supostos autores estavam os conhecidos líderes do Partido Patria Libre, Juan Arrom e Anuncio Martí, que foram dados como desaparecidos quando se decretou sua captura em 19 de janeiro de 2002.

A situação se tornou ainda mais complexa quando Arrom e Martí foram encontrados, duas semanas depois, em 30 de janeiro, em cativeiro em uma residência de Villa Elisa, presos ilegalmente e submetidos a tortura por agentes policiais. Após esse episódio, ambos saíram do país, apesar de estarem processados, e conseguiram ser admitidos como refugiados políticos no Brasil, onde permanecem até o momento.

No dia 28 de julho de 2003, quando lideravam uma ação policial para verificar uma denúncia sobre “movimentos suspeitos” em um sítio em Sanguina Cué, San Pedro, os promotores Antonio Bernal Casco e Arnaldo Giuzzio foram repelidos a tiros pelos moradores. No en-

frentamento, atingiram um dos indivíduos que estavam na casa, Germán Aguayo, enquanto os demais conseguiram escapar. Uma mulher preferiu se entregar: era Carmen Villalba, que decidiu não fugir porque estava com seus dois filhos pequenos. No local, foi encontrado um arsenal de guerra, com uma lista de pessoas da alta sociedade paraguaia, sobre as quais realizavam tarefas de vigilância com aparentes objetivos de sequestro.

Carmen Villalba fugiu da Penitenciária Buen Pastor durante a noite de 24 de junho de 2004, através de um buraco no teto. Foi capturada novamente um mês depois, após uma perseguição policial com tiroteio na região de Capilla del Monte, San Lorenzo, a bordo de um veículo no qual também estava seu marido, Alcides Oviedo, que ficou ferido. Ambos foram, em seguida, processados e condenados pelo sequestro de María Edith.

Ao cair da tarde de 21 de setembro de 2004, outra notícia gerou comoção na opinião pública: Cecilia Cubas, filha do ex-presidente da República, Raúl Cubas Grau, foi sequestrada ao chegar em sua residência, no bairro Laguna Grande, de Fernando de la Mora. Sua família realizou um primeiro e único pagamento de resgate, de 300 mil dólares, mas ela não foi libertada. Em 16 de fevereiro de 2005, Cecilia foi encontrada morta, enterrada em um porão cimentado, em uma casa do bairro Mbocayaty, de Ñemby. Por este caso foram capturados e processados vários altos dirigentes do Patria Libre, como o então secretário-geral, Osmar Martínez, embora vários dos acusados tenham continuado prófugos.

TREINAMENTO – No final de 2004, um grupo de aproximadamente 20 pessoas, incluindo homens e mulheres, recebeu treinamento guerrilheiro na região rural de Sidepar 3000, Canindeyú, segundo o depoimento de Rubén Dario Bernal, jovem camponês que afirma ter sido recrutado na época pelo grupo armado e que, em abril de 2006, desertou e se entregou às autoridades.

Bernal assegura que a coluna armada, com uniforme militar tipo camuflagem (para'i) e armamento de combate moderno (fuzis de assalto AK47, FAL, M16, AR15, metralhadoras Uzi, pistolas 9 milímetros e lança-granadas), foi treinada com o assessoramento de guerrilheiros colombianos, membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O Ministério Público acredita que os membros das FARC seriam Osley Jurado Palomino e Rodrigo Granda, que entraram no país de forma clandestina.

O ex-membro também identificou os principais líderes do grupo: Osvaldo Villalba (que se fazia chamar de comandante Alexander) e Manuel Cristaldo Mieres (comandante Santiago), bem como outros integrantes naquele momento: Leti (Magna Meza), Junior ou Simón (Gabriel Zárate Cardozo), Julia (Liliana Villalba, depois chamada de Anahí), Aníbal (Nimio Cardozo), Presi (Alcides Meroles), Mario (Isax Burgos), entre outros.

Após concluir seu treinamento, o grupo armado iniciou a marcha para o norte. Em 26 de agosto de 2005, envolveu-se em um enfrentamento com agentes do posto policial de Nueva Durango, Canindeyú, ocasião na qual foi morto o suboficial Andrés Ceferino Brítez, o primeiro

dos 11 policiais e militares cujos assassinatos se atribuem ao EPP.

A marcha da coluna chegou até a fronteira com o Brasil, na região de José Félix López (Puentesíño), ao norte de Concepción, onde se escondeu dentro do Parque Nacional Paso Bravo. Uma caminhonete que levava mantimentos e explosivos para eles foi interceptada pela Polícia no dia 6 de fevereiro de 2006 e os seis tripulantes foram detidos: Liliana Villalba, Rosa Villalba, Alejandro Ramos, Pablo Cristaldo Mieres, Sebastián Zárate Cardozo e Isidoro Bazán, mas meses depois foram soltos “por falta de provas”.

No dia seguinte, 7 de fevereiro de 2006, dois dos membros do grupo saíram de seu esconderijo e assassinaram o suboficial Oscar Antonio Noceda, em uma estrada rural nos arredores de Puentesíño.

INÍCIO DA AÇÃO – Após esses episódios, o grupo armado se mudou para o centro do departamento de Concepción. Em 18 de abril de 2006, seus membros atacaram e incendiaram a delegacia de polícia de Huguá Ñandú. Deixaram vivos os dois policiais, com uma advertência do líder dos atacantes, Osvaldo Villalba, dirigida ao então presidente Nicanor Duarte Frutos: “Diga ao seu Nicanor que estamos apenas começando!”.

Depois de mais de um ano de silêncio, no dia 12 de março de 2008, atacaram a fazenda Santa Herminia, em Kurusu de Hierro, Concepción, onde incendiaram tratores, caminhões e maquinário, e deixaram um primeiro panfleto com seu novo nome oficial, um escudo de armas,

a figura do Marechal López e a seguinte legenda: “Exército do Povo Paraguaio (EPP). Comando Germán Aguayo. Terra para os camponeses paraguaios. Quem mata o povo com agrotóxicos pagará desta maneira”.

Em seu livro “Programa Político do Exército do Povo Paraguaio”, escrito na prisão, o principal ideólogo, Alcides Oviedo – denominado pelos membros do grupo como “comandante em chefe” –, afirma que o EPP foi fundado oficialmente com esse nome em 1º de março de 2008, dia do aniversário da morte do marechal Francisco Solano López, considerado seu principal herói militar inspirador.

Desde então, o grupo armado protagonizou outros dois sequestros de alta repercussão (Luis Alberto Lindstron, pecuarista e ex-prefeito de Tacuatí, capturado em 31 de julho de 2008, solto em 12 de setembro de 2008, após o pagamento de 130 mil dólares; e Fidel Zavala, pecuarista, sequestrado na fazenda Mabel, em Paso Barreto, no dia 16 de outubro de 2009, solto em 17 de janeiro de 2010, mediante o pagamento de 550 mil dólares). São acusados também de ter assassinado cerca de 28 pessoas (17 civis e 11 policiais) e de ter realizado mais de vinte ataques e incendiado propriedades de postos policiais e militares, fazendas e estabelecimentos rurais.

FORMAS DE CONTROLE – Nos seis anos que se passaram desde sua apresentação com o nome de EPP, o grupo armado manteve seu foco de ações em um triângulo geográfico de não mais de 300 quilômetros de extensão, que cobre parte do norte do Departamento de San Pedro e o sul de Concepción, centrando seus ataques principal-

mente nas localidades de Tacuatí, Paso Itá, Tacuatí Poty, Kurusu de Hierro, Fortuna, Arroyito, Paso Tuyá, Azotey, Horqueta, Paso Barreto e Huguá Ñandú.

Várias testemunhas indicam que o grupo exerce o controle de seu território através da adesão de alguns dirigentes de organizações camponesas e sociais da região, grupos de sitiantes organizados em assentamentos e, em vários casos, através do medo a represálias violentas para quem desse informações às autoridades sobre seus movimentos na região. São vários os casos de supostos delatores justificados de forma violenta.

Um dos atos considerados dos mais cruéis protagonizados por membros do EPP foi a execução de Eusebia Maíz, moradora de Azotey, tia de Bernardo “Coco” e Antonio Ramón Bernal Maíz, dois integrantes do grupo. Em 4 de setembro de 2012, homens armados – entre os quais parece que estavam seus próprios sobrinhos – atiraram e alvejaram Eusebia, em sua própria casa e perto de seus filhos, e em seguida detonaram sua cabeça com explosivos, supostamente como castigo por ter dado informação às autoridades

Em sua zona de influência, o grupo também impôs algumas “leis revolucionárias”, que fundamentalmente proíbem as tarefas de desmatamento e o uso de produtos químicos ou agrotóxicos nas culturas extensivas, com a ameaça de que os infratores serão punidos com a “pena máxima” (morte). Já são vários os trabalhadores de fazendas, principalmente operadores de trator, justificados por desobedecerem essas “leis”.

Outra forte forma de pressão é exercida obrigando os fazendeiros e grandes produtores da região a contribuírem com o pagamento de um “imposto revolucionário”, estabelecido como entregas periódicas de montantes de dinheiro, bem como de mantimentos e alimentos, permitindo o abate de seus animais e o confisco de seus produtos. Esta situação, conhecida havia tempos como “segredo de polichinelo”, mas nunca antes admitida por aqueles que são obrigados a pagar, foi finalmente reconhecida publicamente por familiares do pecuarista e político colorado Luis Alberto Lindstron, após seu assassinato durante uma emboscada nos arredores de Tacuatí, em 31 de maio de 2013. Lindstron já havia sido sequestrado pelo grupo em 2008 e, segundo a família, continuava pagando a eles o “imposto revolucionário”, mas desobedeceu as “leis revolucionárias” que exigiam não realizar desmatamentos.

Finalmente, o caso considerado como o maior massacre cometido pelo EPP foi o ocorrido na noite de 17 de agosto, sábado, na fazenda Lagunita de Cororó, San Pedro, onde foram executados quatro seguranças privados e um policial, além de ataques armados a viaturas de patrulha, em que ficaram feridos também quatro policiais.

IDEOLOGIA? Desde que foram conhecidos os primeiros golpes cometidos pelo grupo armado, nas altas esferas dos sucessivos governos não houve uma postura clara acerca de como caracterizar e enfrentar o autodenominado Exército do Povo Paraguaio (EPP).

Na primeira caracterização, feita em 2002, após o sequestro de María Edith de Debernardi, o então chefe de Investigação Criminal da Polícia Nacional, delegado Roberto González Cuquejo, garantiu ter se tratado de “um desenlace bem-sucedido de um plano de um grupo de esquerda, com intenções de promover a desestabilização do governo”.

Desde então, porta-vozes do Ministério Público, do Ministério do Interior e da Polícia já ensaiaram diversos rótulos, como os de “sequestradores”, “delinquentes comuns”, “criminosos”, até que, nos últimos anos, passaram a chamá-los também de “terroristas”, mas não se ouviu a mesma denominação por parte de expoentes do Poder Executivo e da classe política. Durante o governo de Fernando Lugo, o então ministro do Interior Carlos Filizzola, chegou a caracterizá-los como “guerrilheiros” e posteriormente coincidiu nessa mesma denominação o presidente Federico Franco, embora depois tenham procurado explicar que não estavam outorgando a eles o status político de guerrilha insurgente.

Em seus comunicados escritos e em suas mensagens gravadas em vídeos, os líderes do grupo armado apresentam a si mesmos como membros de uma guerrilha, ainda que nas imagens que postam nas redes sociais não se mostre um grande número de combatentes:

“O EPP é uma organização guerrilheira, marxista leninista, nutrida com os ideários dos pais de nossa pátria, o doutor José Gaspar Rodríguez de Francia e o marechal Francisco Solano López. É um exército popular e revolucio-

nário dos pobres, para defendê-los dos abusos e assassinatos cometidos pelos capangas de pecuaristas, sojeiros e das forças repressivas do Estado”, diz Osvaldo Villalba, que se apresenta como seu máximo dirigente, com o atual codinome de comandante Javier González, em um vídeo propagandístico gravado em zona rural, que circula na internet.

Entre os setores da sociedade paraguaia e dos meios de comunicação, as visões e posturas a respeito do EPP estão muito divididas e com frequência contrapostas. Líderes conservadores e porta-vozes de grupos de direita insistem em que o grupo armado é uma expressão que representa toda a esquerda, e que o principal ideólogo do EPP é o ex-presidente da República e atual senador da Frente Guasu, Fernando Lugo, mesmo sem poderem exibir nenhuma evidência sólida até o momento.

Entre os diversos setores de esquerda, as posturas também não têm sido assumidas com clareza. Não houve até agora nenhuma crítica ou autocrítica pública acerca da suposta participação do Partido Patria Libre na criação inicial do EPP. A posição mais frequente dos dirigentes, e inclusive dos pensadores sociais, é de que o EPP não existe, é uma invenção do governo, é uma invenção dos meios de comunicação, é uma organização de policiais ou é uma quadrilha criada pelos mafiosos narcotraficantes.

“O EPP é liderado por máfias e nada tem a ver com a luta campesina”, sustenta o sociólogo Ramón Fogel. Uma postura diferente é assumida pelo histórico dirigente do Partido Comunista Paraguaio, Luis Casabianca, quem, sem negar a origem do EPP, marca distância em relação

a seus membros: “É um grupo armado que quer se apresentar como um suposto grupo radicalizado de esquerda, mas cometer sequestros e assassinatos não é um ato revolucionário, e sim um ato terrorista, como os sequestros e desaparecimentos cometidos pela ditadura de Stroessner contra os lutadores populares”.

Após sofrer o primeiro golpe do EPP, a apenas dois dias de ter assumido a presidência, Horacio Cartes e seus principais porta-vozes, junto com autoridades do Ministério Público e da Polícia, parecem ter concordado de forma unânime em chamar de “criminosos terroristas” os membros do grupo, e sobre essa figura opera-se inclusive na polêmica modificação da Lei de Defesa e Segurança, para empregar as Forças Armadas nesta nova fase da luta. Será o início do fim do EPP ou apenas uma etapa de maior confronto?

ANEXO III

O Paraguai e as trajetórias da esquerda desde 1989¹³

JOSÉ T. SÁNCHEZ, CORNELL UNIVERSITY
IGNACIO GONZÁLEZ BOZZOLASCO, UCA
FERNANDO MARTÍNEZ ESCOBAR, UBA, CONICET¹⁴

A caída da ditadura de Alfredo Stroessner em 1989 e a abertura de um regime democrático no Paraguai vieram acompanhadas de uma série de mudanças nas regras do jogo. Uma das mais importantes foi o início de competições eleitorais periódicas, algo que não havia ocorrido em condições de plena liberdade política no país. O objetivo deste artigo é explorar as estratégias políticas seguidas pelas forças de esquerda nessa etapa democrática da vida política nacional, desde 1989 até o período imediatamente posterior à remoção de Fernando Lugo do governo em 2012, após quatro anos de experiência do primeiro governo progressista da história democrática do país. Nesse

13. Este artigo é uma versão revisada de “Paraguay y las Trayectorias de Izquierda”, Sánchez, José T.; González Bozzolasco, Ignacio; Martínez Escobar, Fernando. In Kersffeld, Daniel (editor), Desde sus cenizas. Las izquierdas en América Latina a 25 años de la caída del Muro de Berlín. FES-ILDIS/Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2015

14. Colaboradora, Celeste Gómez.

sentido, o trabalho verifica que nessas duas décadas e meia os setores de esquerda seguiram ao menos três tendências estratégicas: i) a linha social-democrata; ii) a linha classista; e iii) a linha armada. O artigo situa tais tendências em um contexto histórico e em relação com os cenários em constante mutação da política nacional. Dessa maneira, é possível visualizar como essas estratégias mantiveram a esquerda dividida primeiro durante os anos 1990 e parte dos anos 2000, para depois haver uma convergência majoritária dentro da Frente Guasú durante o governo de Fernando Lugo, que se fragmenta novamente após a queda do governo em 2012.

INTRODUÇÃO

O fim da ditadura de Stroessner em 1989, por meio do último golpe cívico-militar exitoso no país¹⁵, inaugurou um novo período, no qual – entre outras mudanças – foram criadas novas regras de jogo para o acesso ao poder, como as disputas eleitorais. No entanto, apesar da abertura política, a esquerda paraguaia¹⁶ estava condicionada, com dificuldades para encontrar um lugar predominante na democracia paraguaia, por ao menos três fatores:

15. O golpe de Estado dirigido pelo general Andrés Rodríguez contra o regime de Stroessner nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1989.

16. Neste trabalho utiliza-se o termo “esquerda”, no singular, como campo político-ideológico que aglutina diversas expressões (no plural) que são adeptas de variantes como a social-democracia, o marxismo-leninismo, o maoísmo, o trotskismo, o guevarismo etc. Aqui optamos por incluir dentro da esquerda os grupos que se autodefinem como tal, e serão analisados preferencialmente os que conseguiram participar em espaços institucionais de poder nesses 25 anos.

Em primeiro lugar, o Paraguai não havia tido experiências históricas de processos eleitorais fiáveis, inclusivos e livres. Seus regimes políticos haviam sido predominantemente autoritários e excludentes, em especial para as forças de esquerda, que nem sequer nas eleições de fachada da ditadura de Stroessner puderam participar. Nesse sentido, as estratégias eleitorais para os setores progressistas seriam algo ainda a descobrir.

Em segundo lugar, o país não passara por processos de industrialização, urbanização e formação de partidos políticos ancorados na classe operária, que no século XX foram substituídos em vários países da América Latina, à irrupção política relevante de partidos com bases populares e demandas programáticas, que muitas vezes chegaram a se constituir em governos capazes de implementar políticas públicas de bem-estar para as classes trabalhadoras, tal como ocorreu no Brasil e na Argentina. O Paraguai tampouco desenvolvera enclaves de mineração que tivessem permitido uma grande concentração territorial da classe operária, fator importante para revoluções como na Bolívia, movimentos populistas como no Equador, ou para a formação de instituições democráticas estáveis como na Venezuela. Sendo um país eminentemente agrícola, com importante população rural e sem terreno montanhoso, no Paraguai a geografia também não ajudara o movimento campestino a constituir organizações político-militares capazes de disputar seriamente o poder, tal como ocorreu, por exemplo, em países centro-americanos. Em todos esses países, características estruturais favoreceram a formação

de setores populares com capacidade de contrabalançar em alguma medida o poder das oligarquias tradicionais.

Um terceiro aspecto tem relação com a particular transição para a democracia vivida pelo Paraguai. A queda da ditadura não foi resultado de um colapso do regime militar (como na Argentina após a Guerra das Malvinas), de mobilizações populares que derrotaram os regimes autoritários em referendos (Chile e Uruguai) ou de uma espécie de pacto e posterior tutela como no Brasil. No Paraguai, a combinação de um ambiente internacional mais favorável à democracia e divisões internas nas instituições-chave do regime (Partido Colorado¹⁷ e Forças Armadas), foram fatores mais determinantes para a democratização do país do que a mobilização da oposição ou dos setores populares.

Considerando essas condições, com a abertura democrática de 1989, o Partido Colorado, no poder desde 1947, manteve suficiente força durante a transição para continuar ditando as regras do jogo, seguido em termos de predominância pelo Partido Liberal¹⁸. Para a esquerda, não houve alternativa que não fosse desenhar estratégias sem maiores pontos de referência e recursos. Para piorar, a Guerra Fria foi destruindo muitas das grandes teses que no seio da esquerda eram tidas como certezas, incrementando

17. A trilogia Governo-Forças Armadas-Partido Colorado proveu os pilares do regime do general Alfredo Stroessner (1954-1989).

18. O Paraguai compartilha com Honduras o fato de contar com sistemas políticos dominados por bipartidarismos que provêm do século XIX, quando oligarquias tradicionais constituíam partidos políticos para disputar entre elas o poder ao longo da região. No caso paraguaio, trata-se do Partido Colorado, também conhecido como Associação Nacional Republicana (ANR), e do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), também conhecido como Partido Liberal. Nos demais países da América Latina, ou já não existem partidos daquela época ou apenas um deles permanece politicamente relevante.

ainda mais a insegurança sobre as novas regras do jogo e os possíveis caminhos para avançar nas disputas pelo poder. Assim, os setores de esquerda seguiram, em um processo que esteve longe de ser linear, ao menos três tendências estratégicas:

1- *A linha social-democrata*, que se orientou à construção de organizações capazes de ser competitivas eleitoralmente, suavizando a ênfase no trabalho encaminhado a edificar bases partidárias classistas (operárias ou campesinas).

2- *A linha classista*, que focou em construir organizações com bases nas classes populares.

3- *A linha armada*, dos setores que questionaram a legitimidade democrática do novo regime e decidiram continuar com trabalhos clandestinos e de luta armada.

O presente trabalho se concentra nas duas primeiras estratégias, pois sobre a terceira não existe suficiente informação confiável. Assim, chamaremos a primeira estratégia de *social-democrata* e a segunda de *classista*. Vale a pena esclarecer que tais estratégias estiveram longe de ser puras, excludentes ou imutáveis nas organizações – por vezes conviveram, por vezes uma predominou sobre a outra – mas o certo é que apresentaram diferentes níveis de destaque, o que permite a caracterização aqui sugerida.

Para analisar como foram sendo desenvolvidas essas estratégias, propõe-se aqui uma periodização política dividida em quatro partes: i) 1980-1991, que inclui a luta social clandestina durante a ditadura e sua passagem para a luta política aberta em 1989, quando surgem os processos eleitorais e possibilita-se a aproximação da esquerda

aos setores sociais organizados; ii) 1992-1999, período em que os setores de esquerda se bifurcam entre a esquerda social-democrata, concentrada nas zonas urbanas, e a classista, que orienta seus trabalhos para os espaços rurais; iii) 2000-2007, anos que mostram uma aproximação entre as correntes de esquerda e de cujo interior emergirá a candidatura de Fernando Lugo, quem ganha as eleições presidenciais de 2008 e coloca o Paraguai no giro progressista da região; iv) 2008-2012, etapa em que dirigentes de esquerda chegam ao governo, o que posiciona a esquerda como ator político nacional pela primeira vez e gera um espaço político de articulação entre os diferentes setores de esquerda. Este período vai até a derrocada do governo pela via de um julgamento político irregular, que marca a restauração do predomínio dos partidos tradicionais-oligárquicos no âmbito político.

Finalmente, o artigo encerra com a reconfiguração da esquerda após a queda do governo e uma reflexão final. Cabe esclarecer que este não é um estudo exaustivo da ação política da esquerda paraguaia durante o último quarto de século¹⁹, mas sim um exercício analítico que, a partir de uma leitura das estratégias seguidas pelas principais organizações de esquerda na luta pelo poder, propõe uma periodização que mostra variações e contrastes, aspirando contribuir com a reflexão sobre a história política recente e seus potenciais desenvolvimentos futuros.

19. Por razões de espaço, o artigo não propõe um exame das variações na estrutura econômica e outros fatores que sem dúvida perpassam as mudanças sociais e as estratégias políticas aqui consideradas.

1980-1991: DA LUTA CLANDESTINA À LUTA POLÍTICA ABERTA

As estratégias da esquerda nos primeiros anos de democracia foram influenciadas por condições que vinham dos últimos anos da ditadura. Os anos 1980 haviam assistido à ascensão de um movimento social que se articulou em diferentes espaços. A militância era principalmente urbana, gravitava na capital Assunção e os setores mobilizados eram os movimentos sindical e estudantil²⁰, representados respectivamente e principalmente pelo Movimento Intersindical de Trabalhadores (MIT) e pelos estudantes de medicina e outras carreiras universitárias, sobretudo da Universidade Nacional de Assunção. Em 1987, esses setores convergiram na articulação política Movimento Democrático Popular (MDP), no qual diferentes vertentes da gama de organizações socialistas conformaram um espaço para disputar uma maior presença pública, atendendo ao fato de que o regime restringia a participação política eleitoral para os setores progressistas de modo geral. O MDP conseguiu crescer em importância entre 1987 e 1989, até que a mudança de sistema político dividiu a organização por diferenças sobre as estratégias a seguir²¹.

Com a caída de Stroessner, muito embora as forças de esquerda coincidissem na necessidade da disputa pú-

20. Isso se alterará de forma radical em relação às anteriores estratégias aplicadas pelas organizações de esquerda durante as décadas de 1960 e 1970, que, diante de um regime mais repressor do espaço público, viram-se forçadas a realizar a maior parte de sua ação política sob a clandestinidade.

21. O MDP não foi o único espaço de militantes de esquerda, mas é tomado como referência porque surge de uma corrente mais movimentista que caracteriza a última parte dos anos 1980.

blica do poder e da participação em eleições, diferiam no grau de importância que outorgariam à estratégia eleitoral. Uma vez passadas as eleições presidenciais e legislativas de maio de 1989 – com resultados quase nulos para a esquerda – todas apostaram nas eleições municipais, que, em 1991, tiveram lugar pela primeira vez na história do país, e a ênfase desses esforços esteve em Assunção. Dos doze candidatos a prefeito, cinco se reivindicavam abertamente de esquerda, indo da social-democracia, passando pelo guevarismo, até chegar ao trotskismo.

Para surpresa geral, nessas eleições ocorreu um dos acontecimentos políticos mais sobressalentes da transição democrática. No mesmo período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil ganhava municípios como São Paulo e Porto Alegre, em 1988, e a Frente Ampla do Uruguai levava Montevideo um ano depois, na capital paraguaia ganhava o movimento social-democrata Assunção Para Todos (APT). Esse movimento foi resultado de um racha do MDP e teve o impulso da recém construída Central Unitária de Trabalhadores²². A esquerda não ganhou em outros municípios do país, com o qual ficou claro que o lugar onde havia espaço para a disputa era a principal zona urbana do país e, nesse movimento, a classe trabalhadora organizada constituía um importante motor dessas lutas.

Após a vitória social-democrata em Assunção, houve um distanciamento entre o movimento político e a orga-

22. A criação da Central Unitária de Trabalhadores (CUT) em 1989 foi um fato político notório e sua conformação foi muito influenciada pela experiência de seus pares brasileiros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do PT (González Bozzolascio, 2013).

nização sindical. O APT suavizou seu perfil de esquerda para priorizar uma gestão orientada para o “social”, com políticas dirigidas a melhorar as condições de setores excluídos da capital, mas sem um enfoque que privilegiasse a construção de uma base classista. Daí seu afastamento da CUT. No que diz respeito ao movimento sindical, este se encontrava em um momento de auge e centrou seus esforços na luta sindical, no desenho de um novo código trabalhista e nas disputas por influências nos novos espaços de representação tripartite (Estado, empresários e trabalhadores) conformados graças à nova Constituição Nacional de 1992. O grande marco da ascensão do movimento sindical na primeira parte dos anos 1990 foi a greve geral de 1994, a primeira em quase cinco décadas.

Por outro lado, os setores da esquerda de orientação classista viram, em seus baixos resultados eleitorais, as limitações das eleições para a construção de poder, assim como as crescentes dificuldades para trabalhar com o movimento sindical em geral. Assim, a esquerda classista lentamente se moveria em direção às zonas rurais e ao campesinato organizado, setor cada vez mais afetado pelo crescimento do modelo mecanizado de produção de grãos, pela crise da produção minifundiária e pelo empobrecimento rural.

As diferenças estratégicas da esquerda se encontraram nitidamente acentuadas no seguinte desafio eleitoral, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de dezembro de 1991. O movimento APT e a CUT se apresentaram em conjunto sob a coordenadora Constituição Para Todos (CPT), mas já com estratégias diferentes. A

primeira organização, pensando mais em uma projeção partidária nacional, formalizou sua participação aliando-se a movimentos independentes de outras zonas do país. A segunda, mais sindical, optou por uma lista que instalasse reivindicações sindicais, priorizando uma articulação com setores sociais. Juntos conseguiram apenas 11% dos votos para uma Assembleia Constituinte na qual o Partido Colorado (ANR)²³ teve maioria absoluta, 55% dos assentos, e o Partido Liberal (PLRA) obteve o segundo lugar com 27%. Por outro lado, foi notória a derrota de organizações camponesas que se candidataram pela Frente Popular Paraguay Pyahurá e pelo Movimento de Civilidade Democrática, sem alcançar representação na Assembleia. Participaram também o Partido Revolucionário Febrerista (PRF), considerado do campo progressista – ainda com muitas ambiguidades – que conseguiu um assento, e o Partido dos Trabalhadores, que não conseguiu nenhum espaço na Assembleia.

1992-1999: A BIFURCAÇÃO ENTRE A ESQUERDA SOCIAL-DEMOCRATA E A CLASSISTA

Após os resultados ruins da esquerda na Assembleia Nacional Constituinte, houve alguns reposicionamentos. O APT viu debilitadas suas chances de continuar crescendo de forma autônoma – seus quadros estavam dedi-

23. Como já foi mencionado, o Partido Colorado é formalmente conhecido como Associação Nacional Republicana (ANR), e o Partido Liberal, como Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA).

cados às tarefas administrativas da gestão municipal e o distanciamento com a CUT chegou ao ponto da ruptura – e acabou entrando em uma frente independente para as eleições gerais de 1993: o emergente Partido Encontro Nacional (PEN), liderado pelo empresário Caballero Vargas. Também setores do PRF haviam passado para o PEN. Esse novo partido respondia a uma linha social-democrata mais para o centro, se comparada ao APT, contando com empresários nacionais em suas filas, e chegou a ser a terceira força eleitoral do país. Assim, nesse período, a social-democracia originalmente vinculada aos movimentos sociais, que ganhara Assunção, deixou de lado sua projeção partidária e entrou como ala progressista do PEN. A partir daí realizaram alianças com o PLRA para eleições importantes como as da prefeitura de Assunção (1996) – onde ganhou um liberal que acabou deixando seus aliados para trás – e as gerais de 1998, nas quais a chapa PLRA-PEN ficou em segundo lugar, atrás dos colorados.

Por sua vez, a esquerda classista seguiu com seu movimento em direção às zonas rurais durante esse período. Isso provavelmente se deveu às divergentes dinâmicas sociais dos movimentos sindical e camponês. Embora o movimento sindical tenha tido um importante crescimento durante a primeira metade do anos 1990, no final da década o sindicalismo perdeu poder de mobilização. Ainda que não haja conclusões taxativas sobre o porquê, alguns fatores podem ter influenciado negativamente, como a falência dos bancos nacionais na segunda metade dos anos 1990, que fez murchar os combativos sindicatos do

setor bancário; a crescente sindicalização nas instituições públicas, que favoreceu a criação de organizações burocratizadas, clientelistas e ligadas ao Partido Colorado; e os grandes escândalos de corrupção entre autoridades governamentais e sindicais que terminaram desarticulando e desprestigiando o setor dos trabalhadores.

De forma inversa, na segunda parte da década de 1990, o desenvolvimento do tecido organizativo rural começou a mostrar frutos. Em 1994, realizou-se a primeira grande marcha campesina em Assunção, evento que a partir de então se repetiria anualmente até a atualidade. Seguidamente, novos partidos políticos de base camponesa surgiram. Formou-se o Partido Paraguay Pyahurá (PPP), em 1996, com uma relação direta com a Federação Nacional Campesina (FNC) e com uma posição crítica contra a esquerda que utilizava as eleições para a construção de poder. Alguns anos depois, surgiu outro partido de base campesina, o Partido Convergência Popular Socialista (PCPS), e já vinha se afiançando a construção do Movimento Patria Libre (PL) como partido de forte base rural.

No que diz respeito ao contexto político nacional, a última parte da década de 1990 foi de severas crises políticas, que tiveram implicações nas trajetórias da esquerda²⁴. Nas eleições de 1998, havia ganho a dupla colorada Cubas (presidente) e Argaña (vice-presidente). Essa fórmula eleitoral respondia a duas facções rivais da ANR. Após assu-

24. Essa crise foi também econômica. No final da década de 1990, a crise neoliberal afetou vários países da região, e o Paraguai foi particularmente contagiado pelas dificuldades econômicas do Brasil e da Argentina.

mirem o governo, seus conflitos internos aumentaram em escalada até o assassinato do vice-presidente, em 23 de março de 1999. A responsabilidade política havia recaído sobre a facção de Cubas (chamada de “oviedismo”, por responder ao general Lino Oviedo), contra a qual a oposição no Congresso se uniu (incluindo setores colorados) para iniciar um julgamento político. O conflito aumentou ainda mais quando se mobilizaram setores sociais e políticos nas ruas, incluindo organizações campesinas, para forçar a queda do governo. No final, vários jovens morreram e o presidente Cubas acabou indo para o exílio. Esses dias ficaram conhecidos como o Março Paraguai. O resultado posterior foi um acordo político para formar o governo da Unidade Nacional sob a presidência de González Machi (ANR), que somou o PLRA e o PEN. Esse governo terminou fortemente vinculado à corrupção e, devido à sua falta de legitimidade, sofreu julgamentos políticos e tentativas de golpe que não foram adiante em suas intenções de o derrubar. Diante do ingresso do PEN à coalizão de governo, o movimento interno “País”, herdeiro de Assunção Para Todos, retirou-se e fundou o Partido País Solidário (PPS) no ano 2000, o que teria um impacto no desenvolvimento da esquerda do país.

No final desse período, novas condições para a aproximação dos setores foram se configurando. Por um lado, o movimento camponês estava voltando a atuar em Assunção e outras regiões do país como importante ator sociopolítico, trazendo a esquerda classista consigo; por outro lado, a social-democracia apareceu claramente definida

como partido político, País Solidário, também com seu eixo de ação principal na capital.

2000-2007: A APROXIMAÇÃO DAS ESQUERDAS

O novo século iniciou-se em meio ao período de instabilidade política derivado do Março Paraguaio e de crise econômica regional que acabou alimentando um lento processo de crescimento e convergência nos setores de esquerda. Enquanto País Solidário era a novidade na linha social-democrata, surgiu uma importante frente de ação pela linha classista com as mobilizações de 2001 e 2002 contra um projeto privatizador de empresas públicas do governo de González Machi. Assim constituiu-se o Congresso Democrático do Povo (CDP), um espaço de articulação de partidos, movimentos de esquerda, organizações camponesas e sindicatos, que uniram ações contra as privatizações, processo que acabou sendo interrompido. Essa unidade de ação na esfera nacional e seu desenlace favorável – na medida em que as privatizações não continuaram – foram significativos no campo da luta social, ainda que não o tenham sido na luta política.

As eleições de 2003 representaram avanços para ambas as linhas estratégicas, embora com diferentes resultados a destacar. Por um lado, a orientação social-democrata, com o PPS, conseguiu eleger dois de 45 assentos no Senado e um de 80 na Câmara de Deputados, conquista importante considerando o histórico da esquerda. Por outro lado, os grupos de esquerda de orientação classista, embora não

tenham alcançado espaços no Congresso, conformaram uma frente eleitoral sob a chapa Esquerda Unida-Patria Libre, que incluiu alguns partidos como Patria Libre (PPL), Partido Comunista Paraguaio (PCP), Partido dos Trabalhadores (trotskista), Partido Socialista Paraguaio e várias organizações sociais, camponesas e indígenas. Vale destacar que, em que pese o resultado eleitoral, este início de exercício eleitoral conjunto não havia ocorrido desde a abertura política de 1989²⁵.

Ainda que esses primeiros anos do novo século tenham significado avanços para a esquerda partidária e o movimento social, iniciou-se com o eleito governo de Duarte Frutos (Partido Colorado) um período de massivas perseguições contra o movimento camponês. A repressão foi exercida principalmente entre os anos 2003 e 2005, a partir de várias instituições estatais, como o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Polícia Nacional, com o resultado de mais de dois mil dirigentes camponeses/as imputados e vítimas de repressão. Foi um dos momentos mais conflitivos na luta pela terra desde a democracia, e esses golpes afetaram duramente a capacidade de mobilização do campesinato.

Após o processo unitário de 2003, a esquerda classista entrou em um processo de reinvenção. Duas forças que têm sua origem em militantes que participaram da Esquerda Unida e do CDP vão se constituir nos partidos mais sólidos

25. Uma diferença com relação àqueles que vinham da experiência do Congresso Democrático do Povo é que a Federação Nacional Camponesa e sua organização política afim, o Partido Paraguay Pyahurá, não fizeram parte do projeto eleitoral Esquerda Unida-Patria Libre.

eleitoralmente dentro dessa linha estratégica, a saber, o Partido Movimento ao Socialismo (PMAS) e o Partido Popular Tekojoja (PPT), que surgiram em 2006, o primeiro centrado em Assunção e o segundo, nas zonas rurais.

Fernando Lugo emergiu como figura política das experiências desse período. Entre 1994 e 2004, fora bispo do Departamento de San Pedro, uma das regiões mais pobres do país, com movimentos de camponeses solidamente organizados. Durante seus anos como bispo, Lugo estabeleceu conexões com organizações campesinas, partidos de esquerda, ramificações locais dos partidos tradicionais e comunidades eclesiais de base em todo o país. Além de acompanhar ações diretas dos movimentos sociais, tais como ocupações de terras ou greves de trabalhadores (em alguma ocasião ingressando como preso solidário para acompanhar grevistas detidos), sua projeção como figura progressista também foi alimentada por liderar processos específicos, como foi o caso da campanha de coleta de firmas contra a ALCA que ele coordenou em 2003. No ano de 2004, Lugo mudou-se para Assunção e participou da conformação de um grupo que se preparava para intervir em política e que posteriormente derivaria no Tekojoja.

Uma nova crise política no Partido Colorado propiciou as condições para que a projeção de Lugo como figura política excedesse as expectativas iniciais. As disputas internas pelo controle da ANR (2005/2006), que colocaram em posições rivais as correntes lideradas pelo presidente Duarte-Frutos e pelo vice-presidente Castiglioni, possibilitaram a Lugo um posicionamento com chances reais para as

eleições de 2008. Assim, por trás da candidatura do ex-bispo, constituiu-se uma coalizão de forças políticas que terminou incluindo setores de várias linhas ideológicas, como o tradicional Partido Liberal. No que se refere à convergência das esquerdas, a irrupção política de Fernando Lugo facilitou a aproximação organizativa entre as linhas social-democrata e classista. Além do PPT e do PMAS, apoiaram Lugo o PPS e a Aliança Patriótica Socialista, agrupação que aglutinava outras esquerdas classistas. Cabe mencionar que, embora as estratégias eleitorais tenham visado apoiar o mesmo candidato, as esquerdas se apresentaram de maneira separada para os cargos legislativos.

2008-2012: A CONVERGÊNCIA NO GOVERNO E O GOLPE CONTRA A ESQUERDA

Com a candidatura de Fernando Lugo, repetia-se a ideia de uma aliança para enfrentar o Partido Colorado, como no ano de 1998, mas desta vez com várias diferenças. Em primeiro lugar, nem o Partido Colorado nem a oposição eram os mesmos. A ANR havia passado por um importante processo de fragmentação, após o Março Paraguai, com a saída da UNACE; e, na oposição, o peso político do PLRA havia diminuído e estava em segundo lugar em relação à candidatura de Fernando Lugo. Mesmo quando, em 2008, o movimento social de modo geral estava em declínio no que diz respeito à capacidade de impulsionar ações diretas, constituíra-se um tecido de organizações que convergiriam e dariam lugar ao posicio-

namento de um candidato viável no cenário político nacional. Em terceiro lugar, o clima político regional havia mudado favoravelmente para as forças progressistas. Em uma década, uma variedade de forças de esquerda haviam assumido governos na maioria dos países da região sul-americana, mostrando resultados exitosos na redução da desigualdade, recuperação de certa soberania sobre recursos naturais e desenvolvimento econômico. Em síntese, estas condições favoreceram a vitória de um candidato oriundo do campo progressista nas eleições de 2008, e a esquerda e movimentos sociais alcançaram assim funções de governo.

A gestão governamental foi a inauguração da esquerda como ator político nacional²⁶. Embora os partidos de esquerda tenham obtido magros resultados legislativos – três de 45 assentos no Senado e dois de 80 assentos na Câmara dos Deputados²⁷ –, eles participaram amplamente da direção de ministérios, secretarias e outras organizações estatais. Este acesso a espaços de poder pela via do Poder Executivo pôs em tensão o campo político nacional. A incorporação de uma esquerda com capacidade de articular demandas sociais históricas – como os direitos à terra, ao acesso à saúde e outros direitos sociais –, mais a aproximação dos movimentos sociais nas mesas de negociação governamental levaram o debate político a se articular em eixo esquerda-direita, uma

26. Insistimos que entendemos por esquerda o polo político (e não organizações particulares), e sua constituição como ator político nacional está relacionada ao fato de que modificou o debate político em direção a um eixo esquerda-direita que representava uma novidade.

27. A esquerda se apresentou separada nas eleições legislativas. Para ver detalhes dos resultados eleitorais, ir ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (www.tsje.gov.py).

novidade na política paraguaia. Ainda que o próprio desenvolvimento dessas políticas não implicasse reformas profundas, foi o suficiente para colocar em dura oposição o Partido Colorado, outras forças conservadoras como UNACE e Pátria Querida, e até setores do aliado PLRA, gerando um clima de instabilidade permanente e um Congresso extremamente adverso à gestão de Lugo. Em consequência, para dar maior suporte político ao governo, em 2010 formou-se a Frente Guasú (FG)²⁸, uma coalizão entre diferentes correntes progressistas dentro de um partido que serviria como guarda-chuva e articularia as linhas social-democrata e clas-sista, um marco no processo histórico da esquerda no país.

O crescente desenvolvimento político da esquerda sofreu uma brusca interrupção com a destituição de Lugo pela via de um julgamento político irregular em 2012²⁹. Muito embora apenas o presidente tenha sido destituído, toda a esquerda no Estado foi logo perseguida pela nova administração do PLRA³⁰, mostrando que um objetivo do golpe parlamentar era acabar com a esquerda no governo e com sua projeção como alternativa de poder.

28. Guasú quer dizer “Amplio”, “Grande”, em Guarani. Embora nem toda a esquerda tenha se reunido nesse espaço (o Partido dos Trabalhadores e Paraguay Pyahurá não o fizeram), pode-se afirmar que a maioria o fez.

29. Em 15 de junho de 2012 houve um enfrentamento com mortes entre policiais e camponeses em um processo de reintegração de posse em uma ocupação de terras, no distrito de Curuguaty (Departamento de Canindeyú). O processo seguido pelo Ministério Público e pela polícia no despejo, descoberto depois, foi completamente ilegal [Coo12], o que ainda hoje gera suspeitas sobre as reais razões que motivaram o enfrentamento. Uma semana depois, o Congresso utilizou o evento para destituir Lugo por mal desempenho de suas funções, embora sem lhe outorgar o direito ao devido processo no julgamento político, violando preceitos da constituição paraguaia.

30. Ainda que autoridades que faziam parte dos setores progressistas tenham renunciado diante da saída de Lugo, muitas pessoas permaneceram no serviço público em outros níveis de funções, e terminaram sendo destituídas ou forçadas a sair pelo governo liberal.

Essa projeção da esquerda podia ser vista em alguns aspectos a considerar. Primeiro, a popularidade do presidente abria as portas para que a esquerda pudesse propor outra candidatura com chances de disputar as eleições em 2013, ameaçando ainda mais superar o bipartidarismo Colorado e Liberal. Isso debilitava o apoio político do PLRA perante a eventualidade de se ver relegado a uma posição secundária mais uma vez. Segundo, a esquerda e suas políticas no governo – mesmo quando longe de serem radicais – iam pondo em questão a ordem oligárquica e suas instituições, fazendo com que a elite econômica, política e midiática³¹ visse como ia perdendo o costumeado controle direto sobre o Poder Executivo. Finalmente, com os movimentos sociais decaindo em força desde antes de 2008, o estado de mobilização para dar suporte ao governo nas ruas era baixo, fator que se agrava se considerada a já baixa representação parlamentar de esquerda. Ainda que as organizações populares estivessem mais próximas dos espaços de decisão governamental (alimentando o ponto mencionado anteriormente), estas não estavam preparadas para se mobilizarem em defesa do governo, e a esquerda não soube ou não pôde ativar mais força social a partir dos espaços governamentais. Em suma, quando ocorreu o trágico evento de Curuguaty, em 15 de junho de 2012, este proporcionou as condições políticas necessárias para derrocar o presidente e a esquerda no governo.

31. Até a cúpula da Igreja Católica ia mostrando sua oposição ao governo Lugo. Esta posição alcançou sua máxima expressividade quando a Igreja pediu a Lugo sua renúncia assim que o Congresso iniciou o julgamento político em junho de 2012.

PALAVRAS FINAIS: DA CAÍDA DA DITADURA À CAÍDA DO GOVERNO PROGRESSISTA

Desde a caída de Stroessner, quando concluía a ditadura no Paraguai, a esquerda foi aprendendo a se mover no novo mundo político. Inclusive o golpe mais duro contra a esquerda, em junho de 2012, ensinou uma nova lição sobre as regras de jogo do poder: a democracia paraguaia continua baseada em uma estrutura e instituições oligárquicas que vão reagir para se defender ante potenciais mudanças em sua lógica de poder.

Após o golpe de 2012, abriu-se um novo período de divergências e convergências dentro da esquerda. Para as eleições gerais de 2013, mas que toda a esquerda participou, a Frente Guasú se dividiu e alguns membros terminaram impulsionando a fundação da aliança Avança País (AP)³². O certo é que tanto a FG quanto a AP apresentaram candidaturas à Presidência e ao Congresso, obtendo melhores resultados no Senado, cinco de 45 e dois de 45 assentos, respectivamente³³. Assim, a esquerda se constituiu, pela primeira vez na história, como terceira força política em tal câmara. Outro dado interessante é que tanto a FG quanto a AP formaram duas listas de alianças, o que mostra que persistem tendências convergentes entre as organizações de esquerda.

Embora o Partido Colorado tenha voltado a ganhar as eleições de 2013, encabeçadas pelo empresário Horacio

32. Outros membros saíram da FG e fundaram partidos que não integraram alianças, tais como Kuña Pyrenda. No entanto, KP também integra o renovado Congresso Democrático do Povo.

33. O ex-presidente Fernando Lugo foi eleito senador ao liderar a lista da FG.

Cartes, cabe ressaltar alguns elementos adicionais sobre a trajetória da esquerda e do movimento social. A marcha campesina de março de 2014 foi realizada no contexto de uma nova greve geral que aglutinou a esquerda e organizações camponesas e sindicais. Em 2015, o Congresso Democrático do Povo se reativou como eixo articulador de uma frente contra a política privatista do governo. Esses aspectos mostram que as estratégias eleitorais e classistas continuam confluindo. Resta saber – e só o futuro poderá dizer – se será suficiente para que a esquerda volte a se constituir em uma alternativa de poder mais sólida nos anos vindouros.

Caso uma oportunidade se abra para a esquerda, tal como ocorreu nas eleições de 2008, uma questão é claramente diferente: agora há marcos de referência para os quais olhar e aprender, algo que em 1989 não se tinha. Conta-se agora também com uma continuidade de experiências próprias não interrompidas pela violência estatal, com atores políticos que são o fruto de um processo de formação que remonta, no mínimo, a um quarto de século. Esse não é um dado menor, considerando a história de gerações políticas dizimadas pelas desapareções forçadas e pelo exílio. Agora, ao menos, já não há regras de jogo para descobrir do zero, como quando se inaugurou a abertura democrática. Neste novo tempo, um desafio se centrará em saber fazer uso do benefício de inventário das diferentes experiências do campo progressista, desde os difíceis tempos da ditadura até o sinuoso processo de abertura democrática no Paraguai. Além da revisão da coleção própria

de erros e acertos, as experiências progressistas dos países vizinhos e a própria capacidade inventiva para (re)pensar as estratégias a seguir servirão para orientar com mais solidez, em alguma medida, os caminhos a serem trilhados pela esquerda no Paraguai.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abente-Brun, D. (Janeiro de 2009). Paraguay: The Unraveling of One-Party Rule. *Journal of Democracy*(1), p. 143-156.

Arditi, B., & Rodríguez, J. C. (1987). *La sociedad a pesar del Estado. Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay*. Assunção: El Lector.

Coordenadora de Direitos Humanos do Paraguai. (2012). *Informe de Derechos Humanos sobre el caso Marina kue*. Assunção: CODEHUPY.

Duarte-Recalde, L. (Abril de 2012). Variaciones en el Comportamiento Electoral en Paraguay. *América Latina Hoy*, 60, p. 117-138.

Giménez, A. (2005). Reorganización sindical no debe repetir errores. In M. Palau, & A. Ortíz, *Movimientos Sociales y expresiones políticas*, p. 33-44. Assunção: BASE IS, CEPAG e SPP.

González Bozzolasco, I. (2013). *El nuevo despertar. Breve historia del Movimiento Intersindical de Trabajadores del Paraguay (1985-1989)*. Assunção: Germinal/Arandurá.

Heisecke, H. (2005). Construcción de los proyectos de izquierda del Paraguay desde la perspectiva de los movimientos

sociales. In M. Palau, & A. Ortíz, *Movimientos Sociales y expresiones políticas*, p. 189-206. Assunção: BASE IS, CEPAG e SPP.

Maidana, A. (2005). Las fuerzas subjetivas de a revolución. La izquierda y su responsabilidad. In M. Palau, & A. Ortíz, *Movimientos sociales y expresiones políticas*, p. 181-189. Assunção: BASE IS, CEPAG e SPP.

Martínez, F. (17 a 20 de julho de 2013). *Las nuevas fuerzas políticas autodenominadas progresistas y/o de izquierda en el Paraguay (2008-2012)*. Paraná, Argentina: XI Congreso Nacional de Ciência Política, organizado pela Sociedade Argentina de Análise Política e pela Universidade Nacional de Entre Ríos. Tomado do trabalho apresentado no Quarto Congresso Uruguaio de Ciência Política “La Ciencia Política desde el Sur”: Disponível em: http://www.aucip.org.uy/docs/cuarto_congreso/13142515%20-%20Mart%C3%ADnez,%20Fernando.pdf

Partido Paraguay Pyahurá. (6 de março de 2013). *Partido Paraguay Pyahurá*. Disponível em: <http://acercadeparaguaypyahura.blogspot.com>

Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. (2015). Tomado de tsje.gov.py/convencion-nacional-constituyente-1991.html

Via Campesina. (28 de julho de 2006). *16 días de lucha y de resistencia en Paraguay*. Disponível em: <http://viacampesina.org/es/index.php/temas-principales-mainmenu-27/reforma-agraria-mainmenu-36/152-16-d-de-lucha-y-de-resistencia-en-paraguay>

Paraguai, 1996: “a ação mais intervencionista que o Brasil já teve neste século”

Reproduzimos a seguir um artigo do então embaixador brasileiro em Assunção no ano de 1996, que presta homenagem ao então secretário-geral do Itamaraty naqueles dias, Sebastião do Rego Barros Netto, e conta bastidores de como o Brasil e os EUA intervieram diretamente na política paraguaia. O episódio aparece também relatado parcialmente nas memórias do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Como a intervenção foi para evitar um golpe de Estado, teria sido benigna e é reivindicada como positiva pelo autor. A frase entre aspas do título é atribuída ao então chanceler Luiz Felipe Lampreia.

Quando o Brasil ajudou a impedir o golpe de Oviedo

POR MARCIO DE OLIVEIRA DIAS, EX-EMBAIXADOR EM ASSUNÇÃO

29.11.2015

Fonte: <https://oglobo.globo.com/mundol/artigo-quando-brasil-ajudou-impedir-golpe-de-oviedo-18166197>

Se Bambino não estivesse à frente do Itamaraty, talvez o Paraguai tivesse sofrido um golpe de Estado militar que desmoralizaria o Mercosul

Deixou-nos há poucos dias, vítima de um tolo acidente doméstico, o embaixador Sebastião do Rego Barros Netto, conhecido dos colegas e amigos como Bambino. Um dos grandes diplomatas brasileiros, colega de turma e particular amigo meu. Além da convivência funcional, éramos companheiros de tênis, bridge e comilanças. Um homem que sentia prazer na vida, que levava tudo com seriedade profissional temperada por um grande bom humor.

Por volta de 30 anos de carreira, protagonizamos um importante episódio das relações internacionais brasileiras, até hoje um pouco escondido do conhecimento público, mas que agora me disponho a revelar, muito como homenagem a Bambino. O ano era 1996. Bambino era o secretário-geral do Itamaraty, na ocasião substituindo o

ministro Luiz Felipe Lampreia, grande amigo de nós dois, e eu era o embaixador em Assunção. O Paraguai era presidido por Juan Carlos Wasmosy, democraticamente eleito. Havia, entretanto, uma permanente ameaça de golpe de Estado por parte do ambicioso general Lino Cesar Oviedo, comandante geral do Exército, que pouco ou nada fazia para disfarçar suas pretensões presidenciais. Instruído pela área política do Itamaraty, prestei desde logo especial atenção a Oviedo e seus movimentos.

Wasmosy contou-me que pretendia demitir Oviedo, mas tinha receio de que ele retrucasse com um golpe. Como já discutira o tema com a cúpula do Itamaraty, pude assegurar-lhe o apoio do governo brasileiro, mas Wasmosy disse-me que gostaria de ter a garantia pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso. Como Oviedo o mantinha sob observação constante, uma ida sua ao Brasil poderia precipitar a ação golpista. Alertou-me também que Oviedo monitorava as comunicações das embaixadas mais importantes.

Para articular sigilosamente o encontro com Fernando Henrique, aproveitei a proximidade de meu aniversário e transformei o jantar que iria dar ao pessoal da embaixada numa grande recepção, para a qual convidei o topo do mundo político paraguaio, Oviedo inclusive. De acordo com Wasmosy, anunciei que ele estaria presente à festa.

A ATENÇÃO DE GENERAL FOI DESVIADA

Com as cúpulas política e militar do Paraguai bebendo, comendo e dançando na residência do embaixador do

Brasil, Wasmosy tranquilamente decolou de sua estância no interior e chegou ao Aeroporto Militar de Brasília, onde, instruídos seu comandante e auxiliares, foi recebido discretamente por Bambino, que o levou ao Palácio da Alvorada, àquela hora (21h30min de sábado) já livre do assédio da imprensa. Tudo combinado pelo telefone de satélite – imune à monitoração de Oviedo.

Sentindo-se seguro com o apoio brasileiro, Wasmosy chamou Oviedo na manhã de segunda-feira e exigiu sua demissão. Surpreso, Oviedo pediu tempo para pensar. Wasmosy chamou-o novamente ao meio-dia e, com os comandantes das outras duas armas e com seu substituto na chefia do Exército, secamente disse-lhe que mantinha sua demissão e que se quisesse revidar com um golpe, que o fizesse. Também determinaria às forças que o apoiavam não reagir, pois não queria derramamento de sangue, deixando inteiramente a Oviedo a responsabilidade pelo que pudesse ocorrer.

A notícia já havia corrido e todas as estações de rádio faziam as mais diversas especulações, mas sem confirmação alguma, dado o absoluto silêncio por parte de Oviedo. A essa altura, a embaixada americana, com Oviedo na mira devido à convicção de seu relacionamento com o narcotráfico, emitiu comunicado onde condenava a sedição do general e reafirmava veementemente seu apoio ao presidente constitucional. O fez, a propósito, para evitar a eventualidade de uma composição com o presidente que viesse a prejudicar a clara caracterização de Oviedo como golpista.

Wasmosy, que recebia continuamente por telefone mensagens de apoio de outros chefes de Estado e de líderes mundiais (o Papa inclusive) pediu a mim e aos embaixadores dos Estados Unidos e da Argentina que procurássemos Oviedo. Tentamos fazê-lo, mas sem sucesso.

Já noite fechada, falei por telefone com o ministro do Exército, general Zenildo Lucena, por quem Oviedo tinha grande respeito pois foi seu instrutor em Assunção. Sabendo da relação, sugeri a Bambino que promovesse o contato. Relatou-me o ministro brasileiro que em conversa horas antes Oviedo pareceu-lhe bastante sereno e garantiu que não promoveria nenhum ato de força, “mas que providenciaria para que se fizesse com Wasmosy o que o Brasil fizera com Collor”.

Como Wasmosy e dois filhos (a mulher e o outro filho estavam fora do país) abrigaram-se na embaixada americana, fui até lá. Presente também Hugo Aranda, empresário ligado a Wasmosy que havia estado com Oviedo. O presidente terminava de escrever à mão um documento com sua renúncia, exigida por Oviedo sob pena de bombardear a casa presidencial e o palácio de despachos, além de deter ou eliminar outros componentes do governo. Obtida a renúncia de Wasmosy, Oviedo “cuidaria ele mesmo do vice-presidente e faria com que o presidente do Congresso assumisse o governo na manhã seguinte”. Exigia a renúncia até as 2 horas. Aranda seria o portador do documento, em complicado sistema determinado por Oviedo, que, por não estar certo do paradeiro do presidente e não querer deixar traços como gravação de telefonemas, estabele-

cera a casa de Aranda como centro de encontro dos seus mensageiros com os de Wasmosy.

Pedi a Wasmosy que não enviasse o documento até que eu me comunicasse com meu governo e, com a devida delicadeza, tomei-lhe o papel. Com a renúncia segura comigo, acordei Bambino às 2h40 e expus-lhe a situação. Concordamos em que a pressa de Oviedo devia-se à dificuldade que teria para implementar o “golpe branco” quando fossem abertas as chancelarias do continente e em pleno funcionamento de seus governos. Pela impossibilidade prática de tomar qualquer medida àquela hora, concordamos em tentar ganhar tempo e chegar à manhã de terça-feira, 23, sem que ações de força ocorressem.

Wasmosy, disposto a tudo para evitar o derramamento de sangue, insistia em obedecer ao ultimato. Ditei-lhe, então, o texto de um pedido de licença provisória em termos que, avaliei, dificilmente poderiam ser aceitos pelo Congresso. Wasmosy escreveu de próprio punho o novo documento. Para evitar qualquer possibilidade de troca (ou de má fé de algum dos intermediários), pedi-lhe licença para rasgar a renúncia que estava em minhas mãos. Wasmosy, intimidado, não teve condições de contra-argumentar, e rasguei-a. Mas, apesar de acabrunhado pelas circunstâncias, Wasmosy teve o instinto político de guardar os pedaços. É uma imagem que jamais esquecerei é a da expressão do embaixador norte-americano quando rasguei a renúncia e ditei ao presidente os termos do papel com o qual podíamos ganhar o tempo necessário para neutralizar a manobra de Oviedo.

Aranda saiu com o novo papel para sua casa, onde encontraria o presidente do Congresso e o emissário de Oviedo. Para tranquilizar Wasmosy e manter, na medida do possível, a situação sob controle, propus-me a acompanhá-los. Lá encontrei o presidente do Congresso, que não me pareceu envolvido no golpe, e instei-o a que só assumisse caso a renúncia fosse inapelavelmente explícita e legalmente incontestável. O que sabia não poder ser, pois “saltava” o vice-presidente.

Chegando ao quartel, eu e o ministro do Interior fomos impedidos de entrar. Quando saíram os mensageiros, regressei com Aranda à embaixada americana. Contou-nos que Oviedo recebera o papel e o passara ao presidente do Senado, perguntando se permitiria sua posse na manhã seguinte. O senador disse-lhe que como estava redigido não permitia que o fizesse dentro da lei, sendo necessário, no mínimo, submetê-lo ao plenário. Oviedo ficou furioso e mandou buscar nos arquivos a renúncia de Stroessner e redigir documento nos mesmos termos para a assinatura de Wasmosy — que, receando o cumprimento das ameaças, dispunha-se a assinar a renúncia. Ponderei-lhe que, com a residência presidencial desocupada, Oviedo não a bombardearia e que tampouco iria disparar tiros ou jogar bombas no centro vazio da cidade. Ressaltei que era um blefe armado para forçá-lo a tomar uma medida que não teria condições de extorquir-lhe uma vez raiado o dia e com os governos dos países vizinhos em pleno funcionamento. Wasmosy finalmente concordou e autorizou Aranda a regressar ao quartel e dizer que não

mais encontrara o presidente. Deixei Bambino a par do ocorrido.

Pouco depois das 6 horas, o líder oposicionista Domingo Laino pediu para ver-me. Wasmosy chamou-me. Disse que iria após receber Laino, e que, se o palácio de despachos estivesse em mãos leais, eu o encontraria lá. Sugeriu a Laino que, com o outro líder oposicionista, Guillermo Caballero Vargas, passassem uma resolução pela qual o Senado se recusaria a sequer examinar qualquer pedido de renúncia do presidente ou do vice, por entender que estariam sendo apresentadas sob pressão. Laino concordou e (o que muito diz dele) pediu-me: “Embajador, puedo decir que la idea fué mia?”

No Palácio de Lopez, estavam os embaixadores acreditados, mais a grande maioria de deputados e senadores (estes já com a resolução de que não aceitariam examinar o pedido de renúncia), empresários, líderes de partidos etc. Grande festival cívico-democrático. Só que, do outro lado da cidade, estava Oviedo com os canhões e blindados às suas ordens e, ainda acreditava Wasmosy, o apoio da totalidade dos generais. E já sem saída, pois o golpe direto fracassara pela decidida reação internacional e o indireto bloqueado pela iniciativa do Senado. Receava-se a possibilidade de um movimento desesperado de Oviedo.

A instâncias de Bambino, o ministro Zenildo falara novamente com Oviedo. Que fez chegar ao palácio que aceitaria “uma saída elegante para ele” (palavras textuais). Assunto que já havia sido objeto de especulações. Após

exame pelo presidente, seus (poucos) ministros de confiança e os embaixadores, surgiram duas alternativas: a embaixada em Bonn ou o Ministério da Defesa (que, apesar do pomposo nome, está fora da linha de comando). Qualquer ministério exigiria a passagem prévia para a reserva. O que, entendíamos, reduziria de imediato o apoio dos generais a Oviedo.

CONVERSA ÁSPERA DE DUAS HORAS

O ministro do Interior foi levar a oferta a Oviedo. Chega César Gaviria, secretário-geral da OEA, e junto aos demais, aguarda o resultado. Oviedo rechaçou liminarmente a embaixada, mas aceitou o ministério. Chegam os chanceleres do Mercosul (Bambino buscou-os no seu avião) e, como todos, aprovam o acordo como a melhor solução possível naquele momento.

Na manhã seguinte, Oviedo transfere o comando do Exército e é marcada sua posse na Defesa para o próximo dia. Até então aclamado, Wasmosy, uma vez conhecida a oferta do ministério a Oviedo, começa a ser alvo de pesadas críticas e chega-se a cogitar seu impeachment. Transferido o comando, entretanto, surgem sinais de quebra na unanimidade do apoio a Oviedo. Tentam os líderes militares convencê-lo a declinar do cargo. Wasmosy e o novo chanceler pedem-me que convença Oviedo. Tivemos longa e áspera conversa, duas horas. Oviedo começa a dar os primeiros sinais de afrouxar, mas Wasmosy ainda teme sua reação e hesita em suspender a nomeação.

Entra de novo Bambino em cena e pede a FHC que encoraje Wasmosy a suspender a nomeação. Com a ligação do presidente brasileiro, Wasmosy cobrou alento definitivo. Preparou-se rapidamente um discurso, em cuja redação colaborei a pedido de Wasmosy, e o presidente dirigiu-se ao Palácio de López, onde já chegava Oviedo para sua “posse”.

Após o pronunciamento do presidente e sendo-lhe barrada a possibilidade de dirigir-se ao povo da sacada presidencial, que ainda quis tentar, Oviedo, bastante desarvorado e com exíguo apoio, tentou dar início a uma carreira política. No que não teve sucesso, e após uma série de fatos, inclusive uma detenção, terminou por morrer num acidente de helicóptero.

O caso sem dúvida constituiu um evento ímpar na história diplomática brasileira, o desfazer de um golpe militar em país amigo por meio da ação diplomática. O chanceler Lampreia, que na ocasião estava ausente do Brasil a serviço, chegou a classificar o episódio como “a ação mais intervencionista que o Brasil já teve neste século”, como descreve o presidente Fernando Henrique na página 570 do seu “Diários da Presidência”. Mas o próprio presidente rotula o comentário do seu chanceler de “exagerado”... E acrescenta que tanto Bambino como eu esclarecemos que a ação no Paraguai foi feita em nome do Mercosul — que, na ocasião, ainda não “bolivarianizado”, valia preservar.

O episódio contribuiu inclusive para mudar junto aos círculos mais esclarecidos do país vizinho a imagem do Brasil, até então obscurecida pelo que era visto como um apoio aos anos da ditadura Stroessner.

Se Bambino não estivesse à frente do Itamaraty, talvez o Paraguai tivesse sofrido um golpe de Estado militar que desmoralizaria o Mercosul. Assim, além de todos os seus muitos amigos, ousou dizer que também o país vizinho tem motivos para lamentar o prematuro desaparecimento da grande figura profissional e humana que foi Sebastião do Rego Barros Netto, o nosso queridíssimo Bambino.

Para saber mais

O PARAGUAI ANTES DE 1870

CHIAVENATTO, Julio José (1979). *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense. Livro de divulgação com grande repercussão nos meios educativos brasileiros ao questionar o relato nacional-patriótico da historiografia oficial brasileira no momento em que a ditadura militar estava em retirada.

DORIATIOTTO, Francisco (2002). *Maldita guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. *É o trabalho de referência e uma versão atualizada da “historiografia nacional-patriótica” em matéria de história do Brasil em sua relação com aquela guerra.*

MAESTRI, Mario (2009). *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_2/mario_maestri.pdf *Os principais trabalhos*

críticos daquela “historiografia nacional-patriótica” e de resgate de uma história do protagonismo dos povos são do historiador Maestri, como em este artigo em que revisa a bibliografia sobre o tema da guerra.

MAESTRI, Mario (2017). *Guerra sem fim: a Tríplice Aliança contra o Paraguai. A campanha ofensiva*. Porto Alegre: FCM Ed. *Primeiro volume de uma importante e ampla pesquisa de historiografia marxista do conflito.*

POMER, LEON (1980). *A Guerra do Paraguai. A grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global. Um dos principais historiadores “revisionistas” argentinos que, em livro de 1968, base para a edição brasileira, discutiu amplamente a participação do imperialismo inglês no conflito e como caso da Argentina, a guerra contra o Paraguai foi parte de uma luta da oligarquia portenha contra forças populares de províncias do interior.

A CRISE QUE LEVOU AO IMPEACHMENT DE LUGO

BENEGAS VIDALLET, Julio (2017). *O massacre de Curuguaty – golpe sicário no Paraguai*. São Paulo: Expressão Popular/Fund. Perseu Abramo. *Um relato jornalístico do massacre de camponeses e policiais que abriu as portas para o golpe de Estado, a partir de depoimento dos protagonistas.*

MARTINEZ-ESCOBAR, Fernando e José Tomás Sanchez-Gomez (2015). *“O golpe parlamentar no Paraguai. A dinâmica do sistema de partidos e o poder destituente do Congresso”*. Capítulo do livro organizado por Sebastião Velasco, André Kaysel e Gustavo Codas (2015). *Direita, Volver!* São Paulo: Fund. Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/direita-volver/>

O PARAGUAI CONTEMPORÂNEO

LARA CASTRO, Jorge (2006). “Paraguai”. Verbete da *Enciclopédia Latinoamericana* (coordenada por Emir Sader, Ivana Jinkings, Carlos Eduardo Martins e Rodrigo Nobile). Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/p/paraguai>.

139

AS REIVINDICAÇÕES PARAGUAIAS FRENTE AO BRASIL

CODAS, Gustavo (org.) (2008). *Direito do Paraguai à soberania – a questão da energia elétrica*. São Paulo: Ed. Expressão Popular. *Livro publicado por movimentos sociais brasileiros em apoio à candidatura do Lugo em 2008.*

O AVANÇO DE LATIFUNDIÁRIOS BRASILEIROS EM TERRITÓRIO PARAGUAIO

LAINO, Domingo (1979). *Paraguai. Fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Ed. *Um dos principais líderes da oposição à ditadura de Stroessner escreveu esse livro ao calor dos acontecimentos quando a migração massiva de brasileiros a território paraguaio estava no seu auge.*

SCHILLING, Paulo (1981). *O expansionismo brasileiro*. São Paulo: Global Ed. *Uma crítica à política de estado expansionista implementada pela ditadura militar e a visão geopolítica que estava por detrás.*

SILVA, Henrique Manoel (2010). *Fronteireiros. As condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio*. Maringá: Ed. UEM. *Um trabalho acadêmico recente sobre o fenômeno.*

O COMÉRCIO DE TRIANGULAÇÃO NA FRONTEIRA

PINHEIRO-MACHADO, Rosana (2011). *Made in China. (In) formalidade, pirataria e redes sociais na rota China-Paraguai-Brasil*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS. *A tese que deu origem ao livro está disponível em:* <http://pct.capes.gov.br/teses/2009/42001013034P0/TES.PDF>.

Sobre o autor

Gustavo Cotas nasceu em Assunção, Paraguai, em 1959. Economista (PUC-SP) com mestrado em relações internacionais (Unicamp, Programa San Tiago Dantas), cursa doutorado em Energia na UFABC. Desde 1972 militou em organizações da esquerda que lutaram contra a ditadura civil-militar que assolou seu país por mais de três décadas (1954-1989).

Ingressou no jornalismo em 1978, foi eleito para a direção do Sindicato de Jornalistas do Paraguai (SPP, na sigla em castelhano) em 1981. Preso por dois meses em meados de 1976 quando era secundarista, foi novamente alvo de persecução por suas atividades políticas e sindicais em maio de 1983, quando se asilou na Embaixada da Venezuela em Assunção.

Quatro meses e meio depois, com a negativa da ditadura de lhe conceder o salvo-conduto para sair do país, fugiu da embaixada e chegou de forma clandestina ao Brasil em 16 de outubro desse ano. Em seguida, se incorporou ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Trabalhou com oposições sindicais e sindicatos cutistas entre 1984 e 1991 e como assessor da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1992 a 2008, primeiro em política sindical e depois em relações internacionais. Em 2008, com a vitória do Fernando Lugo, foi convidado a integrar seu governo onde se desempenhou em vários cargos até o golpe de Estado de junho de 2012 – entre outros, foi assessor internacional da Presidência em 2009 e diretor-geral paraguaio de Itaipu Binacional em 2010-2011.

De volta ao Brasil, desde 2014 coordena a Área de Produção do Conhecimento da Fundação Perseu Abramo (FPA) e é consultor da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA). Publica o blog <<https://gcodasf.wordpress.com>>; tem três filhos: Iuri, Julia e Matias, a quem este livro é dedicado.

O livro *Paraguai* foi impresso na gráfica XXXXX para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de XXXX exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond Pro em corpo 11,5/14,8. A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em Avena Soft 80g.

O tema deste volume da coleção *Nossa América Nuestra* é o Paraguai e sua participação no ciclo progressista latino-americano.

Em 2008, Fernando Lugo -- apoiado em uma ampla aliança -- derrotou o Partido Colorado, que governava o país desde 1947.

Essa experiência de governo com forte participação progressista foi interrompida por um golpe de Estado.

O Paraguai não somente tinha se sincronizado com o ascenso do ciclo progressista, mas suas forças reacionárias mostravam aos pares regionais o caminho para encerrar o ciclo.



